

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

JAIME JORGE PSCHIEDT

**A DELIMITAÇÃO DE URBANO NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E SEUS  
EFEITOS SOBRE AS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Florianópolis

2020

JAIME JORGE PSCHIEDT

**A DELIMITAÇÃO DE URBANO NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E SEUS  
EFEITOS SOBRE AS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Trabalho de Conclusão do Curso de licenciatura  
em Educação do Campo, do Centro de Ciências  
Educação da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito para a obtenção do  
Título de licenciado em Educação do Campo.  
Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Thaise Costa Guzzatti  
Coorientador: Prof. Dr. Wilson Schmidt

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pscheidt, Jaime Jorge

A delimitação de urbano no município de rio negrinho e seus efeitos sobre as unidades familiares de produção agrícola / Jaime Jorge Pscheidt ; orientador, Thaise Costa Guzzatti, coorientador, Wilson Schmidt, 2020.  
65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Educação do Campo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Delimitação do perímetro Urbano.  
3. Unidades Familiares de Produção Agrícola. I. Guzzatti, Thaise Costa . II. Schmidt, Wilson. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do Campo.  
IV. Título.

JAIME JORGE PSCHIEDT

**A DELIMITAÇÃO DE URBANO NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E SEUS  
EFEITOS SOBRE AS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo e aprovado em sua forma final junto a Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC, Florianópolis, SC.

Florianópolis, 21 de janeiro de 2020

---

Prof.(a) Adriana Angelita da Conceição, Dr.<sup>a</sup>  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.(a) Thaise Costa Guzzatti, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Silvio Domingos Mendes da Silva, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Edson Marcos da Anhaia, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha esposa, Edineia, que sempre me apoiou e incentivou para continuar essa jornada. Ela teve muita paciência com a minha pessoa. Agradeço a Deus que a colocou em minha vida e permitiu que formássemos uma família linda. Afinal, são vinte e seis anos juntos. Nos quatro anos do Curso não pude estar presente ao seu aniversário e, também, ao nosso aniversário de casamento.

A meus filhos, que sempre tentam entender minhas dificuldades, referente à informática, e que souberam ter paciência comigo. Obrigado meninos!

Meus netos, que este momento sirva como referência futura para vocês. Afinal, o avô de vocês concluiu a faculdade, a Licenciatura em Educação do Campo.

Meus professores, agradeço muito toda a dedicação, o carinho e todos os esforços realizados com os alunos da Educação do Campo. Não foi fácil, mas foi muito recompensador.

Meu coorientador, Professor Wilson Schmidt, conhecido como Feijão. Cada dia que passa, eu o admiro mais! Que eu consiga me espelhar em ti, Mestre!

Minha orientadora, Professora Thaise Costa Guzzatti, que, mesmo ao final do curso, me acolheu como orientando com o mesmo carinho de sempre.

A meus colegas, que viraram amigos nesses quatro anos de convivência. Obrigado por compartilhar tantas aventuras, pela parceria nos estudos e nas dinâmicas e principalmente pela vida em comum nos muitos alojamentos em que ficamos.



## RESUMO

O presente TCC busca discutir a delimitação entre urbano e rural no município de Rio Negrinho, desde a sua formação até hoje. Associado a esse debate, analisar como as unidades familiares de produção agrícola (UFP) situadas dentro do Perímetro Urbano foram influenciadas por este tipo de zoneamento. O foco está na pequena agricultura familiar, julgada estratégica para o desenvolvimento sustentável e solidário do espaço rural no Planalto Norte Catarinense. O TCC procura dar voz a alguns dos responsáveis por UFP, entender suas preocupações e as dificuldades para manter-se como agricultor em áreas que, mais recentemente, vêm sendo densamente povoadas e ganhando efetivamente infraestrutura urbana em um processo de forte especulação imobiliária. O TCC busca, ainda, conhecer e analisar os memoriais descritivos do perímetro urbano de Rio Negrinho desde sua emancipação administrativa; identificar possíveis tensões (que está dentro do perímetro urbano) e a realização de atividades agrícolas neste espaço para contribuir com as reflexões mais amplas sobre a abordagem administrativa adotada para a delimitação entre Urbana e Rural. Para a consecução desses objetivos, com base em imagens de mapas cedidos pela Prefeitura municipal de Rio Negrinho e do contato com técnicos que atuam no município, foram identificadas cinco unidades familiares de produção agrícola em diferentes situações dentro do perímetro urbano. Efetuou-se, em seguida, entrevistas semiestruturadas com membros destas famílias, incluindo diferentes gerações para poder contemplar o período de sessenta anos. As entrevistas contribuíram para recuperar as mudanças no entorno das UFP, especialmente aquelas que se referem a um possível processo de “urbanização”. As informações foram sistematizadas e em seguida analisadas. A pesquisa aponta que, mesmo que a família não planta ou cria mais animais nas suas propriedades, os proprietários ligados às UFP dentro do perímetro urbano não abrem mão do seu espaço territorial, da paisagem, do perfil de ruralidade e, mesmo, da agricultura, e que tem alunos que moram em espaços agrícolas dentro do perímetro urbano, e da mesma forma, a perspectiva que um educador precisa conhecer profunda e criticamente a realidade de cada aluno. No caso de Rio Negrinho, deixou claro que há, sim, alunos do campo, sem ser de grandes extensões de terra, e nem de grandes plantações de uma monocultura, e morar distante da sede municipal.

**Palavra-chave:** Perímetro Urbano, Unidades de Produção Familiar, Leis Municipais.



## ABSTRACT

This TCC seeks to discuss the delimitation between urban and rural in the municipality of Rio Negrinho, since its formation until today. Associated with this debate, analyze how the family units of agricultural production (UFP) located within the Urban Perimeter were influenced by this type of zoning. The focus is on small family farming, considered strategic for the sustainable and supportive development of rural areas in Planalto Norte Catarinense. The TCC seeks to give a voice to some of those responsible for UFP, to understand their concerns and the difficulties to remain as a farmer in areas that, more recently, have been densely populated and effectively gaining urban infrastructure in a process of strong real estate speculation. The TCC also seeks to know and analyze the descriptive memorials of the urban perimeter of Rio Negrinho since its administrative emancipation; to identify possible tensions (which are within the urban perimeter) and the carrying out of agricultural activities in this space to contribute to the broader reflections on the administrative approach adopted for the delimitation between Urban and Rural. To achieve these objectives, based on images of maps provided by the Municipality of Rio Negrinho and contact with technicians working in the municipality, five family units of agricultural production were identified in different situations within the urban perimeter. Subsequently, semi-structured interviews were conducted with members of these families, including different generations in order to contemplate the sixty-year period. The interviews contributed to recover the changes around the UFP, especially those that refer to a possible “urbanization” process. The information was systematized and then analyzed. The research points out that, even if the family does not plant or raise more animals on their properties, the owners linked to the UFP within the urban perimeter do not give up their territorial space, the landscape, the rurality profile and even agriculture, and that there are students who live in agricultural spaces within the urban perimeter, and likewise, the perspective that an educator needs to know deeply and critically the reality of each student. In the case of Rio Negrinho, he made it clear that there are, indeed, students from the countryside, other than large tracts of land, or large monoculture plantations, and living far from the municipal headquarters.

Keyword: Urban Perimeter, Family Production Units, Municipal Laws.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Rio Negrinho.....	17
Figura 2 – Colonização de São Bento do Sul.....	23
Figura 3 – Imagem Aérea do Perímetro Urbano (1978) .....	41
Figura 4 – Mapa de Macrozoneamento Municipal de Rio Negrinho, com as áreas de Perímetro Urbano (em vermelho), 2018.....	45
Figura 5 – Foto Aérea Urbana de Rio Negrinho, demarcada pela linha verde (2006) .....	46
Figura 6 - Foto Aérea Urbana de Rio Negrinho, demarcada pela linha verde (2006) .....	46
Figura 7 – Imagem de Satélite da localização da UFP da família A (seu entorno marcado em vermelho) .....	48
Figura 8 – Vista Parcial da UFP da Família A.....	50
Figura 9 – Imagem de Satélite de parte da propriedade da Família B.....	51
Figura 10 - Vista parcial da propriedade da Família B.....	52
Figura 11 – Vista parcial da propriedade da família B.....	52
Figura 12 – Vista parcial da propriedade da Família C.....	54
Figura 13 – Vista parcial da propriedade da Família C.....	55
Figura 14 – Vista parcial da propriedade da Família D.....	57
Figura 15 – Vista parcial da propriedade da Família D.....	57
Figura 16 – Vista parcial da propriedade da Família D.....	58
Figura 17 – Vista parcial da propriedade da Família D.....	58

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Participação relativa da população residente por localização do domicílio, em Rio Negrinho, no período de 1960 a 2010.....	29
---	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Rio Negrinho, em 2018.....	27
Gráfico 2 - Evolução da População de Rio Negrinho 1970-2010.....	29
Gráfico 3 – População Urbana e Rural de Rio Negrinho, seguindo critério Administrativo adotado pelo IBGE.....	30

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

SEBRAE/SC – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina

UFP – Unidades Familiar de Produção

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

VAB – Valor Adicionado Bruto

DD – Densidade Demográfica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ITR – Imposto Territorial Rural

AEUE – Áreas Especiais de Urbanização Específicas

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1: RIO NEGRINHO, UM MUNICÍPIO, SIM. MAS, UMA CIDADE DE CONTRADIÇÕES. ....</b>	<b>22</b>
2.1	HISTÓRIA DE RIO NEGRINHO .....	22
2.2	CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DE RIO NEGRINHO .....	25
2.3	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E DEMOGRÁFICAS .....	27
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2: A DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE RIO NEGRINHO AO LONGO DA HISTÓRIA .....</b>	<b>32</b>
3.1	LEI Nº7, DE 03 DE AGOSTO DE 1959 .....	32
3.2	LEI Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 1960.....	34
3.3	LEI Nº 232, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1969. ....	36
3.4	LEI Nº 71, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1979. ....	39
3.5	LEI COMPLEMENTAR Nº35 – DE 10 DE OUTUBRO DE 2006.....	41
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3: A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO .....</b>	<b>47</b>
4.1	FAMÍLIAS COM UFP AGRÍCOLAS NO “INTERIOR” DO PERÍMETRO URBANO DE RIO NEGRINHO .....	47
4.1.1	Família “A” .....	48
4.1.2	Família “B”.....	50
4.1.3	Família “C” .....	53
4.1.4	Família “D” .....	55
4.1.5	Família “E” .....	59
4.2.	RURAL E URBANO, SUAS RELAÇÕES.....	60
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>

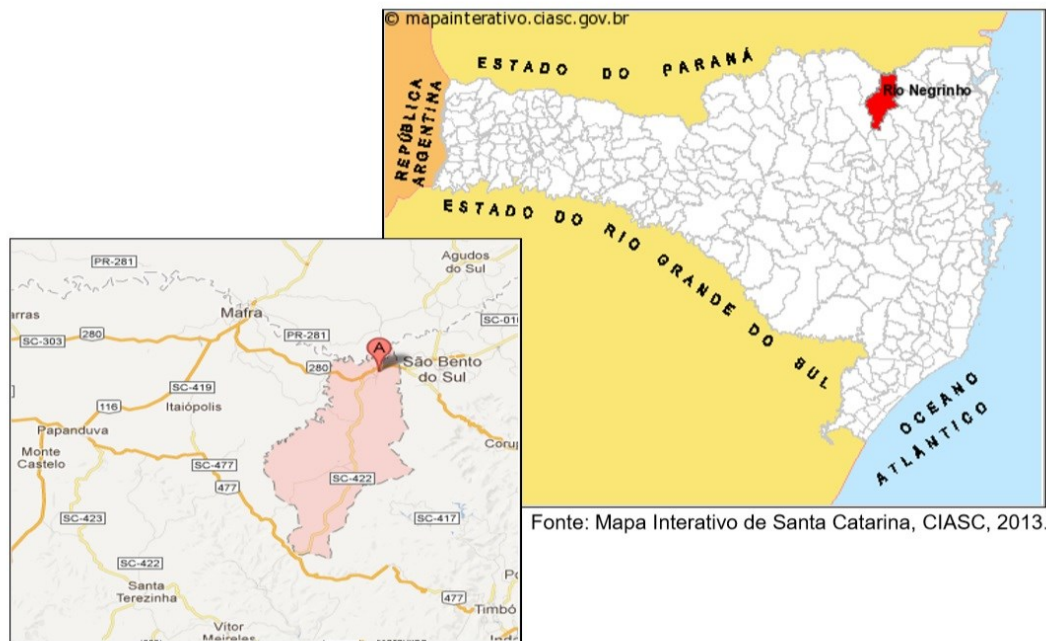




## 1 INTRODUÇÃO

Sempre morei em Rio Negrinho, onde nasci em 1974. Neste município do Planalto Norte Catarinense (ver Figura 1 e, com mais profundidade, o Capítulo 1), constitui uma família, com esposa, dois filhos e, agora, netos. Sou a terceira geração – nascida no Brasil – de imigrantes de origem alemã (de uma região hoje pertencente à Áustria). Sou o quinto e último filho de um casal que praticava a agricultura. Meu pai e minha mãe se identificavam como “colonos”, mas, em função de inúmeras dificuldades que os pequenos produtores agrícolas enfrentaram na década de 1950, resolveram deixar suas terras “no interior” do município e residir “na sede” dele.

Figura 1 – Localização de Rio Negrinho



Fonte: Mapa Interativo de Santa Catarina, CIASC, 2013.

Fonte: Dados cartográficos, Google, 2013.

Extraído de SEBRAE/SC (2013, p. 10)

Morando “na cidade” (como será discutido adiante, na verdade, dentro do Perímetro Urbano), nossa família continuou criando animais, plantando muito, feijão, milho, frutas diversas (fazia-se muitas compotas), verduras, legumes e raízes. Tudo para o autoconsumo em nossa unidade familiar de produção (UFP). Às vezes, contudo, a produção era boa, e vendíamos o excedente. A minha mãe comandava (quase) tudo “na roça” e meu pai trabalhava em uma empresa moveleira. Antes do trabalho ou após dele retornar, como “colono-operário” que era,

meu pai realizava a manutenção de nossas ferramentas, se ocupava dos grandes animais e “pegava junto” no trabalho manual. Ainda criança, eu recebia minhas tarefas. Recordo que já na década de 1980, por ainda não termos uma geladeira, quando ocorria o abate de um animal de grande porte para o nosso consumo de carne, primeiro fritávamos tudo e em seguida guardávamos em latas com a gordura (banha) junto. Eu era parte ativa desse tradicional processo de conservação e aprendia com essa participação, como aprendia em todas as atividades agrícolas.

Também em casa, antes de frequentar a escola, eu aprendi, com os meus irmãos mais velhos, muito sobre escrita e sobre fazer contas. Depois, sempre seguindo os passos de meus irmãos, fiz o meu “curso primário” (pré-escolar e do primeiro ao quarto ano, equivalentes, hoje, aos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental) no Grupo Escolar Professora Selma Teixeira Graboski (denominação resultante da lei nº 001/1977), da rede municipal. Para continuar os estudos e fazer “o Ginásio” (do quinto ao oitavo anos, atualmente, anos finais do Ensino Fundamental), precisei mudar para a Escola Estadual Professora Marta Tavares. No corpo deste TCC, considero pertinente destacar que, trinta anos depois, realizei meus estágios de docência da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, relativos ao Ensino Fundamental, na mesma unidade escolar. Em seguida, em 1989, para cursar o “Ensino Médio”, deparei-me – como, antes, meus irmãos – com uma nova dificuldade. Não existia em Rio Negrinho, em 1989, ensino público e gratuito nesse nível. Fui para o Colégio Cenecista São José, o antigo “Colégio das freiras”. Ali, estudei em um curso profissionalizante de Auxiliar Administrativo, concluído em 1991.

Um parêntese nessa vida de estudos é importante, para tratar de minha vida de trabalhador. Quando completei os quatorze anos de idade, meu pai faleceu. Como “a vida segue” (ele sempre dizia isso quando enfrentava problemas complicados), fui trabalhar em uma indústria cerâmica produtora de canecos de chopp. Nela, trabalhei continuamente por trinta e um anos, em vários turnos e em condições de insalubridade, resultante da exposição ao calor excessivo, e de periculosidade, em função do manejo de fornos. Com os passar dos anos, cheguei a Supervisor de Produção, posição em que me aposentei, em 2018.

Em função desse trabalho, no ano de 1999 resolvi cursar “Tecnologia em gestão administrativo” (Tecnólogo, presencial), na Escola Tupi (Sociesc). E, em 2003, “Tecnologia em sistemas produtivos” (Tecnólogo, Ensino a distância), na Facinter, de Curitiba. Havia também meu envolvimento indireto com a educação pelo fato de minha esposa ser professora. Durante anos, de uma forma ou de outra, eu me envolvia com as escolas onde ela lecionava. Por isso, um certo dia, minha esposa levou para casa um folder. Disse-me que havia recebido

aquele material de um professor da UFSC que havia estado na escola onde ela trabalha para realizar uma palestra sobre a Licenciatura em Educação do Campo “da Federal” (EduCampo-UFSC) e o convite para que aqueles alunos realizassem o vestibular para o curso naquele ano, já que a turma seria formada no Planalto Norte Catarinense, com sede provável em Rio Negrinho. No folder, chamou-me atenção uma foto de um docente (que depois pude identificar como o Professor Wilson Schmidt) com seus estudantes em uma atividade ao ar livre. Isso me motivou a estudar o material e a proposta do curso e, em seguida, a fazer a inscrição para o seu processo seletivo, realizar as provas e, conquistada a vaga, efetuar a minha matrícula. Hoje, avalio muito positivamente tais decisões.

Nesta introdução, para além da minha própria trajetória, acima, rapidamente descrita, chego, então, ao “ponto de partida” do presente Trabalho de Conclusão de Curso. Tratou-se de uma situação vivida durante um dos meus estágios curriculares da EduCampo-UFSC, todos realizados no município de Rio Negrinho. No caso em tela, aquele que ocorreu em uma escola estadual. Em 2018, na oportunidade de uma breve conversa, com troca de informações e questionamentos sobre a EduCampo-UFSC – e, de forma mais ampla, sobre a própria Educação do Campo –, ocorrida no intervalo de aulas, na sala dos professores, ouvi o seguinte comentário de um dos docentes: “Em nossa escola, não temos alunos do campo. No máximo, temos alguns que moram em chácaras ou sítios de pequeno espaço territorial. Mas alunos do campo, não!” Esta fala tornou-se, para mim, uma fonte significativa de reflexão. Afinal, como estudantes da EduCampo-UFSC, para trabalhar devidamente em uma escola do campo e segundo os interesses dos povos do campo, além da formação específica na Área de Ciências da Natureza e Matemática, buscamos refletir muito sobre o que é campo e cidade, ou rural e urbano, nos municípios, no estado e no país em que vivemos e onde iremos atuar profissionalmente como educadores do campo. Para o meu caso específico, o curso me levou a pensar de forma aprofundada e a se posicionar sobre a importância do campo no desenvolvimento – dos pontos de vista social, humano, econômico e político – de Rio Negrinho, de Santa Catarina e do Brasil.

Ora, na supracitada fala do professor aparece uma negação – ou, pelo menos, uma desqualificação – da existência de estudantes do campo em uma escola situada dentro do perímetro urbano de um município que pode ser considerado “essencialmente rural” (veja Capítulo 1) e seguindo uma visão que associa campo com agricultura e, mais ainda, com aquela de médio e grande porte. O pior, tal negação/desqualificação foi mobilizada para se contrapor à possível abordagem da modalidade Educação do Campo no município de Rio Negrinho. Em consequência, ponderei que ganha muita relevância questionar a delimitação entre o urbano e rural, ao longo do tempo desde a criação do município até hoje, e os próprios argumentos usados

para considerar Rio Negrinho uma “cidade” ou um espaço urbanizado. Como indica, ainda, a fala do citado professor, predomina o entendimento de que para ser do campo é necessário estar em localidades retiradas das infraestruturas contemporâneas, cultivar grandes extensões de terra e com o uso contínuo de maquinários. Diga-se, que o pequeno produtor rural e familiar, também, usa máquinas agrícolas.

Surge, desta forma, a necessidade de entender o lugar, como sujeitos, dos estudantes ligados a uma pequena agricultura familiar situada no perímetro urbano de Rio Negrinho, e conhecer a formação territorial e como se deu a delimitação entre urbano e rural no município. Ou seja, como foram estabelecidos os limites urbanos de Rio Negrinho – já que como será apresentado adiante o rural é visto apenas como a “sobra” do urbano – quais os critérios e argumentos mobilizados. Destaco que se trata de um processo que, apesar de parecer simples – a mera definição de um polígono – é bastante complexo, em função de seus determinantes econômicos, políticos e ideológicos.

Neste quadro, são objetivos deste TCC discutir a influência da delimitação entre urbano e rural no município de Rio Negrinho, sobre as propriedades familiares de produção agrícola (UFP), desde a sua formação até hoje. Associado a esse debate, analisar como as unidades familiares de produção agrícola (UFP) situadas dentro do Perímetro Urbano foram influenciadas por este tipo de zoneamento. Destaco que meu foco está na (pequena) agricultura familiar, que julgo estratégica para o desenvolvimento sustentável e solidário do espaço rural no Planalto Norte Catarinense. Desta maneira, considere relevante também dar voz a alguns dos responsáveis por UFP, entender suas preocupações e as dificuldades para manter-se como agricultor em áreas que, mais recentemente, vêm sendo mais densamente povoadas e ganhando efetivamente infraestrutura urbana, em um processo de forte especulação imobiliária. Mais especificamente, este TCC busca conhecer e analisar os memoriais descritivos do perímetro urbano de Rio Negrinho desde sua emancipação administrativa; identificar possíveis tensões entre o que é considerado urbano (o que está dentro do perímetro urbano) e a realização de atividades agrícolas neste espaço. Fazendo isso, contribuir para reflexões mais amplas sobre a abordagem administrativa adotada no Brasil para a delimitação entre Urbana e Rural.

Para a consecução desses objetivos, com base em imagens de mapas cedidos pela Prefeitura municipal de Rio Negrinho, do meu conhecimento do local e do contato com técnicos que atuam no município, identifiquei cinco unidades familiares de produção agrícola em diferentes situações dentro do perímetro urbano. Efetuei, em seguida, entrevistas semiestruturadas com membros destas famílias, incluindo diferentes gerações para poder contemplar o período de sessenta anos. As entrevistas contribuíram para recuperar as mudanças

no entorno das UFP, especialmente aquelas que se referem a um possível processo de “urbanização”. As aspas são explicadas pelo entendimento limitado deste termo como a chegada de infraestrutura considerada urbana (eletricidade, água encanada, esgoto, calçamento, comunicação) ou de acesso a outros serviços públicos ou privados. Realizei, da mesma forma, entrevistas com um historiador de Rio Negrinho, que foi vereador (a Câmara Municipal é quem vota o perímetro urbano) e, também, como funcionário da Prefeitura municipal (hoje aposentado) que exerceu por diversas vezes, ao longo tempo (desde a década de 1970), a função de secretário administrativo municipal. Também entrevistei um funcionário de carreira da Secretaria municipal de agricultura e que trabalha diretamente com os agricultores. As entrevistas foram gravadas e desgravadas. No caso de não autorização para a gravação, anotações foram realizadas pelo autor. Todas essas informações foram sistematizadas e em seguida analisadas.

Para apresentar esse estudo e discutir seus resultados o texto a seguir está estruturado em três capítulos. Inicialmente, para que o leitor entenda o contexto do presente estudo (Capítulo 1), apresento informações básicas sobre a formação de Rio Negrinho, para em seguida, colocar diante do leitor suas atuais características econômicas. Depois, abordo um ponto central para minha reflexão, o perfil social e demográfico do município. No Capítulo 2, trabalho a delimitação do perímetro urbano de Rio Negrinho ao longo da história. Foram recuperados os principais elementos dos textos das leis municipais que definem essa delimitação de 1959 a 2019, que indicam que houve um superdimensionamento – especialmente em 1979 – do polígono que serve para definir, na perspectiva administrativa e simplista, o que é urbano e, pela negação, o que é rural. Já no terceiro capítulo, apresento e discuto os resultados da pesquisa de campo que realizei para este TCC. Finalmente, o leitor se deparará com minhas considerações a respeito da realização do estudo e minha formação e crescimento, assim como conclusões que dele decorreram.

## **2 CAPÍTULO 1: RIO NEGRINHO, UM MUNICÍPIO, SIM. MAS, UMA CIDADE DE CONTRADIÇÕES.**

Para que o leitor entenda o contexto do presente estudo, apresento, inicialmente, informações básicas sobre a formação de Rio Negrinho, para em seguida, apresentar suas atuais características econômicas. Depois, abordo um ponto central para minha reflexão, o perfil social e demográfico do município.

### **2.1 HISTÓRIA DE RIO NEGRINHO**

Criado em 1953, o município de Rio Negrinho encontra-se no Bioma da Mata Atlântica, no Norte Catarinense. Ele pertence à microrregião de São Bento do Sul, no Alto Vale do Rio Negro. Faz fronteira com os municípios de Corupá, Doutor Pedrinho, Mafra, Rio dos Cedros, Rio Negro (PR), Itaiópolis e São Bento do Sul. Está distante 260 quilômetros de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, e 118 quilômetros de Curitiba, capital do estado do Paraná. Sua altitude em relação ao nível do mar, é de 790 metros.

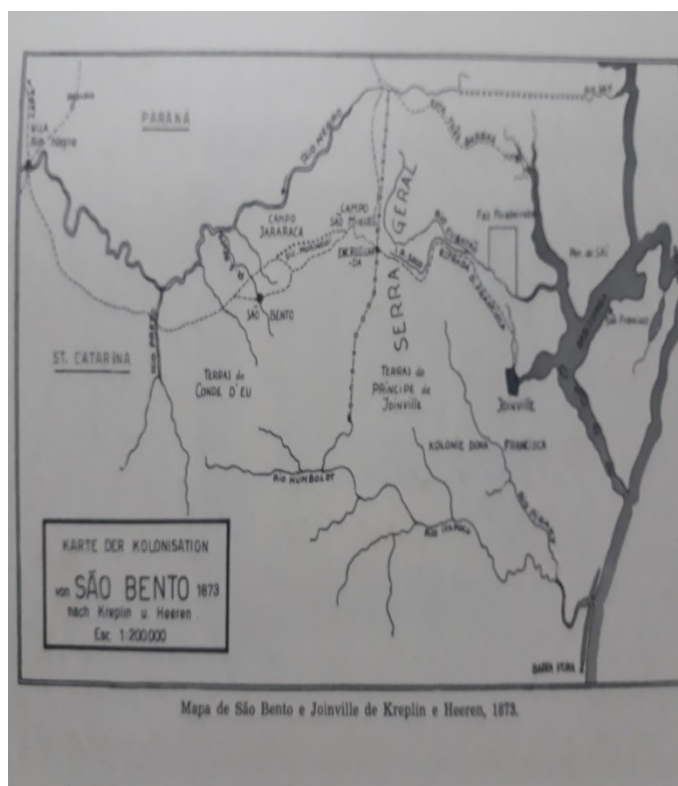
Inicialmente, sublinho que a história da formação dos povos de Rio Negrinho foi enfocada na perspectiva dos colonizadores. Os índios Xokleng (Grupo Jê) eram os nativos dessas terras. Com a passagem de tropeiros por esta região, nos séculos XVIII e XIX, já começa o processo de desqualificação dessa população. Seus membros são tachados de maldosos, assassinos, vadios, e muitos outros adjetivos, todos negativos. Esse quadro vai se manter – ou piorar – com a chegada dos “colonos de origem” (europeia). Kormann (2012, p. 96) anota que o colono, antes de sair da Europa, era preparado psicologicamente, por histórias de selvagens, a respeito do Bugre (indígena), descrito como assassino, sequestrador de crianças e matador de animais domésticos.

As primeiras ocupações organizadas, ocorridas na segunda metade do século XIX, têm ligação com o Paraná, especialmente em função da importância econômica (e os impostos que eram recolhidos pela província) da extração, beneficiamento e exportação da erva-mate. O interesse regional (do Paraná e de Santa Catarina) em “povoar os (ou esses) sertões” (supostamente vazios) se combinava com o interesse do governo imperial em compensar os soldados que haviam lutado na “Guerra do Paraguai”, com os interesses de parte da classe dominante brasileira em atrair mão de obra branca europeia (fator de atração) e com as

condições socioeconômicas e os muitos conflitos armados no Velho Continente (fator de emigração).

Originalmente, o território que hoje corresponde ao município de Rio Negrinho não fazia parte de lotes para a imigração Europeia, pois era parcela das terras da família do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, de Curitiba. Os primeiros a se instalar aqui eram designados pelo “Brigadeiro Franco”, devendo marcar presença nestas terras na região e “cuidar” para que seus limites fossem respeitados. Ao mesmo tempo, a Província de Santa Catarina buscava avançar sobre o mesmo território. Com a imigração na região de Joinville (Colônia Dona Francisca), e o crescimento rápido da economia local (e o papel estratégico do seu porto no Rio Cachoeira, com ligações com a erva-mate), a Sociedade Colonizadora Hamburguesa buscou “povoar” também a parte de cima da Serra – o vale do Rio São Bento – e formou-se a colônia de São Bento. Para isso, são fundamentais, primeiro, a abertura da Estrada Dona Francisca – pela qual desciam e subiam caravanas de carroças carregadas – e, depois, a construção da estrada de ferro Porto União – São Francisco do Sul.

Figura 2. Colonização de São Bento do Sul



Extraído de Ficker (1973, p. 1)

Por volta dos anos 1911–1913, um ramal desta ferrovia e uma estação ferroviária são implantados na localidade de Rio Negrinho. Formou-se então uma vila em torno do comércio ligado à extração de madeira, de erva-mate, de nó de pinho, de lenha e de dormentes, sempre para a própria ferrovia. É importante lembrar que, nesse período, de 1912 a 1916, aconteceu a Guerra Camponesa do Contestado, com uma violência absurda sobre os caboclos moradores locais, que o governo considerava simplesmente como posseiros ou invasores. Ao mesmo tempo, a disputa territorial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina ganhava ares bélicos. Forças armadas chegaram a ocupar as margens do Rio Negro, cada estado ocupando o seu lado visando a defesa do que julgavam ser seu. Um jornal de Curitiba publicou como manchete de primeira página: “Guerra entre Santa Catarina e Paraná”. Houve, contudo, intervenção do Governo Federal e a paz se restabeleceu. (KORMANN, 2012, p. 9).

Como é sabido, a Guerra do Contestado tem ligação com a instalação da “Brazil Railway” e da “Lumber and Colonization”, empresas americanas que destroem a economia da região baseada no tropeirismo, na erva-mate e na agricultura tradicional e que dão início a um “ciclo da madeira”. Essas transformações profundas ocorrem mais a oeste de Rio Negrinho (de Rio Negro/Mafra a União da Vitória/Porto União e no Vale do Rio do Peixe). O aumento importante das exportações de madeira para a Europa e os Estados Unidos vai gerar, contudo, novos empreendimentos. Em Rio Negrinho, em 1914, próximo a localidade chamada Salto, passa a operar a Jung & Cia. Com maquinaria alemã, movida a força vapor, usava tecnologias de ponta para a época, havendo um tipo de gerador, anexo ao empreendimento, que possibilitava iluminar a vila dos operários e suas ruas. Em 1918, o empreendimento muda para onde hoje é o centro do município de Rio Negrinho. Na verdade, no entorno da “fábrica” foram se concentrando o comércio e muitas moradias. Com a morte de sócios e a participação de novas pessoas, houve várias trocas de nomes. A que mais interessa ocorreu na década de 1940, quando ela passou a se chamar Móveis Cimo. Esta empresa moveleira – que chegou a ser uma das maiores fábricas de móveis da América Latina – teve forte influência política e econômica sobre os rumos do que era, então (e desde 1925 – lei nº 155 de 13 de dezembro de 1925), um distrito de São Bento do Sul. Como resultado, através da lei estadual nº133 de 30 de dezembro de 1953, houve a criação do município de Rio Negrinho. A posse do primeiro prefeito nomeado ocorreu em fevereiro de 1954 e a do primeiro prefeito eleito, em novembro de 1954. A autonomia jurídica ocorreu em 1979, quando foi instalada a comarca de Rio Negrinho.



## 2.2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DE RIO NEGRINHO

Como já ficou evidenciado, o município de Rio Negrinho tem uma forte ligação com a madeira produzida em seu território. Desde a sua prévia formação distrital, trabalhava-se com o corte das madeiras nobres, principalmente a imbuia e a araucária. O abate de árvores centenárias, com seus enormes tamanhos, permitia obter um grande cerne (parte sem água, lugar de células mortas), o que torna a madeira muito dura, compacta, ideal para construções e para a produção de móveis de altíssimas durabilidade e qualidade.

Com a passar das décadas, em função do baixo preço das terras, muitas empresas investiram em Rio Negrinho. Depois de uma fase extrativa, a partir da década de 1970, houve a introdução do Pinus (espécies exóticas), com enormes fazendas de reflorestamentos. Até hoje, Rio Negrinho tem uma das maiores áreas reflorestadas em Pinus do estado de Santa Catarina. Como consequência, uma das principais atividades econômicas do município é a produção de madeira reflorestada, de móveis e de beneficiamento madeiras, produtos que são destinados tanto ao mercado interno quanto à exportação. Ainda com relação à silvicultura uma empresa de produção de celulose encontra-se instalada no distrito de Volta Grande. Além da produção própria de matéria prima (com fazendas de reflorestamento de Pinus), ela fabrica embalagem, recortes e papel.

Mais recentemente, a metalurgia é uma área que se desenvolveu no município, com a manufatura de inúmeros tipos de peças, tanto para indústrias automotivas do país, como para fabricantes de máquinas e artefatos de metal. Esse polo se encontra no bairro industrial norte.

Outro setor importante para o município é o da cerâmica artística, destacando-se a empresa Ceramarte, criada há 63 anos, com a produção de canecos para chopp, reconhecidos mundialmente por colecionadores. Com menor tempo no mercado, fruto de estudos, durante muitos anos do dono da empresa – Klaus Shumacher<sup>1</sup> – produz, também, painéis em cerâmica refratária resistente a choques térmicos.

O turismo tem, da mesma forma, um papel dinâmico na economia de Rio Negrinho. O principal atrativo é o trem a vapor. Além dos “passeios histórico-culturais de Maria Fumaça”, que procuram resgatar a memória em torno das ferrovias, existe uma oficina, junto à estação

---

<sup>1</sup> O Senhor Klaus era imigrante, vindo da Alemanha e formado em engenharia cerâmica naquele país. Passou anos estudando a matéria prima local e desenvolvendo a arte de fazer cerâmica. Faleceu em 2011, aos 84 anos de idade. É considerado o principal responsável por Rio Negrinho ficar conhecido como “a cidade dos canecos”. Depois de seu falecimento, seus familiares diretos assumiram o comando da Ceramarte.

ferroviária, que realiza a manutenção das máquinas que estão em Rio Negrinho e a restauração de outras trazidas de diversos lugares do Brasil, e o museu sobre a Maria Fumaça. Essa atividade, por sua vez, traz pessoas para “cafés coloniais” organizados em pequenas propriedades rurais familiares, que, aos finais de semana, têm seus membros trabalhando intensivamente para atender aos turistas com pratos típicos regionais e étnicos.

Por último, mas não menos importante, cito a agricultura. Ou melhor, as agriculturas, já que existem, no município, as de tipo familiar, com áreas pequenas e produção diversificada, com tipos de produção agroecológica ou tradicional, com uso de insumos de síntese química e máquinas – e não-familiar – com grandes áreas e monocultura intensiva com uso de máquinas e insumos de síntese química. No primeiro caso, destacam-se as culturas de feijão e de fumo. No segundo, as de soja e de milho. Ainda dentro da agricultura, destaco a produção animal, com as criações de bovinos de ótima qualidade e produtividade (carne e leite), suínos, caprinos, aves, peixes, equinos para montaria e trabalhos, e mais uma gama de animais.

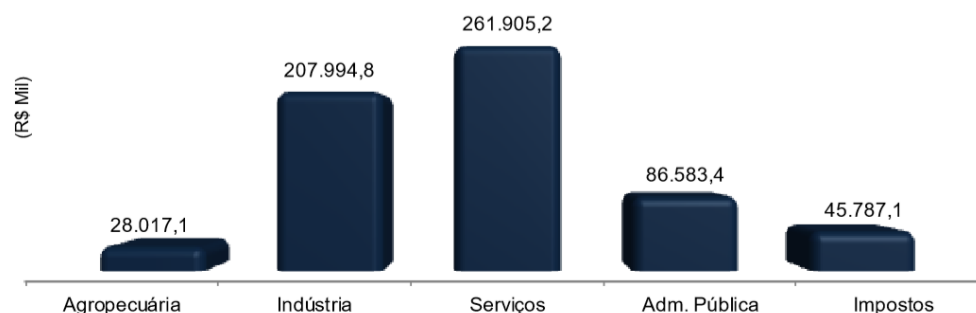
Além de sua participação direta na economia, a agricultura dinamiza o comércio, o transporte e os serviços (especialmente assistência técnica e manutenção de máquinas e equipamentos).

Ressalto que a agricultura familiar em pequenas propriedades está muito presente no município. Semanalmente, na sede de Rio Negrinho, é realizada a feira da agricultura familiar. Nela são vendidos de forma direta, em circuito-curto, “produtos coloniais”, originários de unidades familiares de produção, que incluem verduras, legumes, raízes, flores, pães, macarrão, bolachas, conservas entre outros.

Em um ponto que interessa de perto o presente estudo, sublinho que algumas Unidades Familiares de Produção situadas dentro do perímetro urbano e que tinham uma produção agrícola estão se transformando em um tipo de haras ou de estábulos de aluguel. Sendo mais claro, muitas pessoas que moram em residências dentro de pequenos lotes compram cavalos para suas cavalgadas de finais de semana e, então, fazem um contrato com os donos desses terrenos maiores e estábulos, onde os seus animais ficam aos cuidados de ambos, dono da terra e dono do animal, em comum acordo entre eles. Esse tipo de contrato permite a obtenção de uma renda maior e tem permitido uma maior resistência das UFP à especulação imobiliária.

O gráfico a seguir aponta Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Rio Negrinho. Fica clara a relativa pequena importância da agropecuária na composição do VAB<sup>2</sup> municipal.

Gráfico 1: Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Rio Negrinho, em 2008



Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Planejamento, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2008.

Extraído de SEBRAE/SC (2013, p. 41)

Ou seja, enquanto a agropecuária respondeu por menos de 5% do VAB municipal de Rio Negrinho, em 2008, a indústria participou com 33%, onde temos muitos dos colonos - operários, e ao mesmo tempo, usamos no setor de serviços com 42%, nessa composição não entra como agricultura, mas como funcionário da indústria, que está no registro, em sua carteira de trabalho. Desta forma, mesmo com as ressalvas anteriormente mencionadas das ligações da agricultura com a indústria e com os serviços (a noção de cadeia produtiva, ou de complexo agroindustrial), retomando o fio deste TCC, podemos afirmar que Rio Negrinho não é um município “essencialmente agrícola”. Lembrando a posição dos professores mencionados na introdução, que associam “o campo” à agricultura – tendo, portanto, uma visão setorial do campo – julgo importante passar ao questionamento: essa situação – não ser “essencialmente agrícola” – impede, de fato, o município de ser “essencialmente rural”? Dizendo de outra forma, por não ter base no setor agrícola, o território municipal de Rio Negrinho como um todo não poderia ser considerado com características de campo? Para tratar dessa questão, passo a focar a demografia do município.

### 2.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E DEMOGRÁFICAS

<sup>2</sup> O VAB é a expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado território econômico, em um dado período de tempo, descontando os insumos utilizados nos processos produtivos (SEBRAE, 2013). No caso, o VAB do setor de prestação de serviços inclui o setor do comércio

Segundo Kormann (2012, p. 22), a (considerada) “mancha urbana” de Rio Negrinho, não é contínua. Contribuem para essa descontinuidade, os traçados da ferrovia que passa ao centro da sede, da rodovia federal BR 280 que atravessa, também, as áreas consideradas centrais, e dos cursos d’água Rio Negrinho (que dá nome ao município), Rio dos Bugres e Rio Serrinha (que dão nome a bairros). Também porque são encontradas áreas com agricultura familiar de pequeno porte, com pequenas plantações (milho, feijão, verduras, estufas para frutíferas...) e criação de animais (cavalos, bovinos, caprinos, ovinos, galináceas). Forma-se, assim, uma continuidade/descontinuidade de residências e lotes. Sublinho que todas essas áreas dispõem de energia elétrica e de água encanada e tratada, além de estarem relativamente próximas de ruas asfaltadas, de postos de saúde, de escolas e de estabelecimentos comerciais. O sistema de esgoto sanitário cobre 79,2% (ano de 2010) dos domicílios, sempre na área considerada urbana. Recordo que esse tipo de infraestrutura pode ser considerado, do ponto de vista administrativo, pelo Poder Legislativo municipal, como suficiente para a classificação de uma área como urbana.

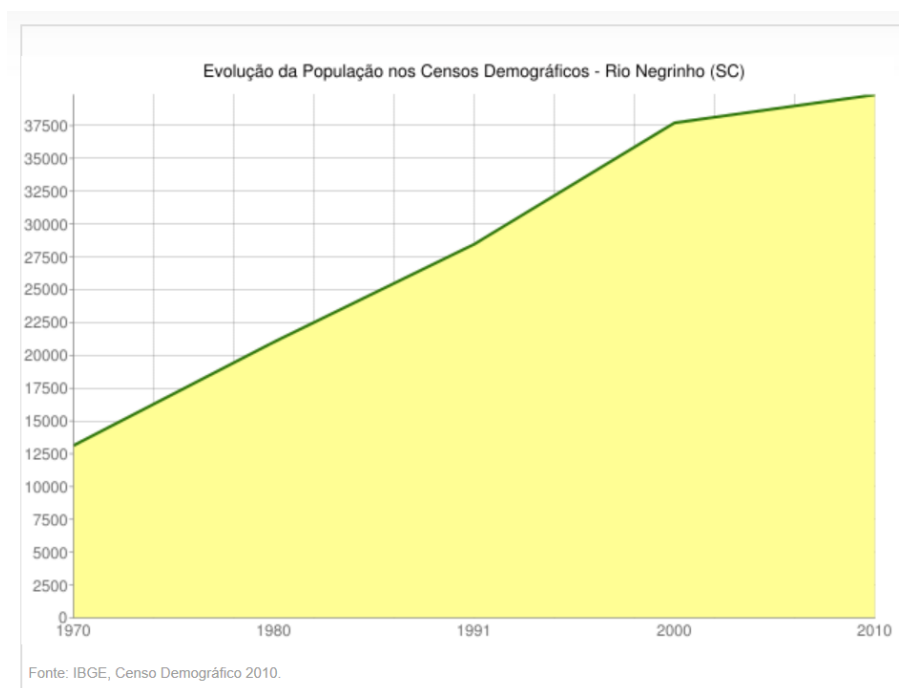
Com respeito à educação, IBGE 2010, a taxa de escolarização, dos 6 anos a 14 anos de idade, é de 97,9%. O IBGE em 2018, consta que, são 19 (dezenove) escolas do Ensino Fundamental, com 5.359 matrículas, e 259 docentes, e quatro escolas de Ensino Médio, com 1563 matrículas e com 100 docentes (2018).

A população do município de Rio Negrinho, no Censo Demográfico 2010, era de 39.846 habitantes, distribuídos em 908 quilômetros quadrados, o que resulta em uma densidade demográfica (DD) de 43,9 habitantes por quilometro quadrado (hab./km<sup>2</sup>). A população estimada para 2019, também pelo IBGE, é de 42.302 pessoas, o que resulta em um a DD de 46,5 hab./km<sup>2</sup>.

As características dos domicílios particulares permanentes, em Rio Negrinho (IBGE 2010), são de 11.942 (domicílios). Desses, 1842 são alugados, 755 são cedidos a pessoas sem cobrança financeira, 9.325 são de uso próprio, e 20 encontra em outras condições.

O Gráfico 2 mostra o crescimento da população de Rio Negrinho de 1970 a 2010, com um forte crescimento nos três primeiros decênios deste período e uma quase estabilização no último deles.

Gráfico 2. Evolução da População de Rio Negrinho 1970-2010



[https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/webservice/default.php?cod1=42&cod2=421500&cod3=42&frm=evo\\_pop](https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/webservice/default.php?cod1=42&cod2=421500&cod3=42&frm=evo_pop)

Sebrae/SC (2013, p. 13) aponta que taxa de crescimento médio anual da população do município foi de 0,57%, bastante inferior àquela da própria região em que está situado (Norte de Santa Catarina), de 1,81%, do estado como um todo, 1,66%, e do país, 1,23%.

Para este estudo é importante considerar a participação dos habitantes dos espaços considerados urbano e rural, segundo os critérios administrativos adotados pelo IBGE. Por isso, preparei o Quadro 1, com uma série histórica dos resultados do Censo Demográfico desde o primeiro realizado após a criação do município (1960) até o último realizado (2010).

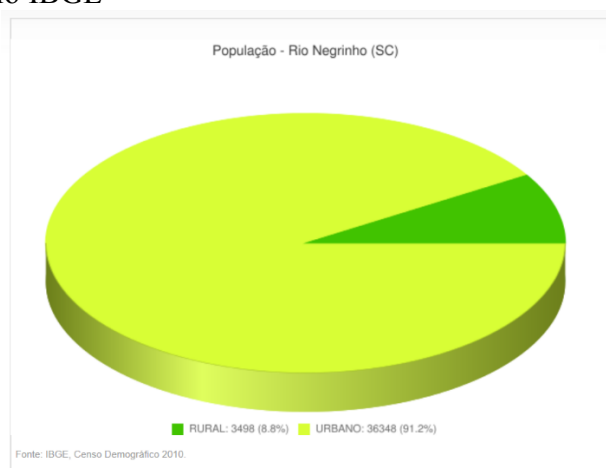
QUADRO 1 – Participação relativa da população residente por localização do domicílio, em Rio Negrinho, no período 1960 a 2010

ANO	TOTAL (100%)	URBANO	%	RURAL	%
1960	8559	5978	70	2581	30
1970	13195	9346	70,8	3849	29,2
1980	21008	17792	84,7	3216	15,3
1991	28460	24778	87	3682	13
2000	37707	32650	86,5	5057	13,5
2010	39846	36348	91,2	3498	8,8

Fonte: Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e Sebrae/SC (2013).  
Elaboração do autor

Visualmente, essa predominância da população urbana, resultante da classificação administrativa adotada pelo IBGE, fica mais clara no Gráfico 3, relativo aos dados do Censo Demográfico 2010.

Gráfico 3: População Urbana e Rural de Rio Negrinho, segundo critério administrativo adota pelo IBGE



[https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/webservice/default.php?cod1=42&cod2=421500&cod3=42&frm=urb\\_rur](https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/webservice/default.php?cod1=42&cod2=421500&cod3=42&frm=urb_rur)

O que significa esse caráter administrativo que, parafraseando José Eli da Veiga (que menciona “as cidades imaginárias”), torna Rio Negrinho mais urbana (ou menos rural) do que realmente o é? Afinal, chama a atenção de qualquer analista que já no primeiro Censo Demográfico após a criação do município ele apareça com 70% de população urbana e que esse número tenha crescimento significativo nos recenseamentos seguintes, praticamente apontando um forte processo de urbanização do município e o breve fim do rural em Rio Negrinho. Como anota o mesmo autor:

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. (VEIGA, 2004, p. 77)

O instrumento chave para essa delimitação é a definição de um perímetro urbano<sup>3</sup>, pelos Legislativos municipais. Como indicam diversos autores e casos concretos, tal definição responde mais a interesses fiscais (a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) pelo Poder Executivo municipal, ou está ligada a pressões resultantes da instalação de loteamentos ou empresas. Ora, serão urbanos todos e todas aquele(a)s que residirem nos

<sup>3</sup> As discussões seguintes foram feitas com base em material didático e minhas anotações de aulas da disciplina “Campo e Migrações”, ministrada pelo Professor Wilson Schmidt, na Licenciatura em Educação do Campo

domicílios situados dentro do(s) perímetro(s) urbano(s) – sede do município e, quando é o caso, sede de seus distritos. O que “sobra”, o que “não é” urbano, será considerado rural. Como ressaltam Abramovay e Favaretto (2011, p. 7; citados por Munarim e Schmidt, 2016, p. 23), tal instrumento não leva em conta “traços geográficos típicos da ruralidade”. Dizendo de outra forma, os aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais – fundamentais para a reflexão sobre o campo e a Educação do Campo – são desconsiderados nessa delimitação de rural pelo que “sobra” do urbano. Outro problema apontado é que cada município faz a delimitação do seu perímetro urbano com base em critérios diferentes, o que dificulta qualquer esforço de comparação e de efetivo dimensionamento do rural.

Tendo isso em conta e seguindo uma classificação internacional utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

(...) autores brasileiros como Abramovay (2000), Veiga (2002, 2004) e Verde (2004) têm apontado, na delimitação de rural e urbano, para a necessidade de combinar critérios estruturais e funcionais, envolvendo no mínimo, o tamanho da população do município, sua densidade demográfica e sua localização em relação a aglomerações urbanas. Pode-se, desta forma construir a ideia de regiões predominante ou essencialmente rurais (ou “territórios rurais”) e, a partir dela, pensar de forma mais clara e territorial sobre os dados da Educação do Campo. (Munarim e Schmidt, 2016, p. 23)

No caso de Rio Negrinho, interessa considerar mais de perto os critérios propostos por Veiga (2002), em seu importante livro “Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula”. Para este autor, são “tipicamente urbanos” apenas aqueles municípios com mais de cem mil habitantes ou que estão localizados em aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas. E são “essencialmente rurais” aqueles com populações inferiores a cinquenta mil habitantes e com densidade demográfica menor do que oitenta habitantes por quilômetro quadrado ( $DD < 80 \text{ hab./km}^2$ ). No “meio-campo” entre essas duas situações haveria os municípios ambivalentes, com populações entre cinquenta e cem mil habitantes ou que, tendo populações inferiores a cinquenta mil habitantes têm uma densidade demográfica superior à média dos municípios urbanos ( $DD > 80 \text{ hab./km}^2$ ).

Ora, considerando os dados já apresentados para Rio Negrinho – população estimada para 2019, de 42.302 pessoas e densidade demográfica de 46,5 hab./km<sup>2</sup> é forçoso concluir que o município é “essencialmente rural”. Pode se indicar uma tendência para uma ambivalência, em função do crescimento populacional – e não da densidade demográfica, vista como um “índice de pressão antrópica” (VEIGA, 2004), que está bastante distante da média de 80 hab./km<sup>2</sup>. De qualquer forma Rio Negrinho – e o território do município como um todo – está bastante distante de ser tipicamente urbano, ou uma “cidade”. Ligado a isso, é fundamental,

para este estudo, lembrar que o mesmo Veiga (2002) qualifica como “anacrônica e aberrante” a “fronteira inframunicipal entre o rural e o urbano”. Ou seja, exatamente a existência dos perímetros urbanos. Uma vez que para ele todo o território de um município entrará em uma categoria e todos os seus habitantes serão nela enquadrados. Tendo isso em conta, a seguir, tratarei da delimitação, ao longo da história, do perímetro urbano de Rio Negrinho. Julgo que o inicial e contínuo superdimensionamento do Perímetro Urbano é responsável pelas distorções presentes nos dados históricos de “urbanização” de Rio Negrinho (70% em 1960; a 91,2% em 2010), que marcam o debate sobre a pertinência ou não da adoção da modalidade Educação do Campo em todas (!! ) as escolas no município, das redes municipal e estadual.

Também é um caso de disputa no campo político e ideológico, econômico e de visão individual.

### **3 CAPÍTULO 2: A DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE RIO NEGRINHO AO LONGO DA HISTÓRIA**

Como foi visto anteriormente, Rio Negrinho foi criado em 1953. Somente em 1959, ano que antecede a aplicação do recenseamento demográfico de 1960, houve a definição de seu primeiro perímetro urbano. Noto, de passagem, que as leis seguintes também ocorreram em anos anteriores (1969 e 1979) à realização de Censos Demográficos (1970 e 1980). Houve, neste movimento de formação de perímetro urbano, um superdimensionamento dele, que incluía muitas áreas com características rurais. As leis municipais em questão são: Nº 7, de 3 de agosto de 1959; Nº1, de 11 de janeiro de 1960; Nº 232, de 31 de dezembro de 1969; Nº 71, de 16 de fevereiro de 1979; Nº 35 de 10 de outubro de 2006; e complementar Nº90, de 14 de abril de 2015. Trato delas, por ordem, a seguir.

#### **3.1 LEI Nº7, DE 03 DE AGOSTO DE 1959**

Os componentes fundamentais da lei que define o primeiro perímetro urbano de Rio Negrinho são transcritos a seguir:

Artigo 1º: O perímetro urbano da cidade de Rio Negrinho, sede do Município do mesmo nome, é constituído por uma linha poligonal



fechada, cujos ângulos ficam localizados por dezesseis marcos numerados de 1 a 16 (um a dezesseis), a partir do Norte e seguindo o sentido dos ponteiros do relógio, como adiante se discrimina e consta da planta anexa que faz parte integrante da presente LEI : Da margem esquerda do Rio Serrinha, próximo à estrada que vai para o Posto Lageado, na divisa com o Estado do Paraná - marco nº UM; - segue uma linha reta até o prolongamento da Rua "José Brey - marco nº DOIS; - daí por uma linha reta até o ponto situado a leste da Rua do Seminário, a 150m (cento e cinquenta metros) do alinhamento desta, marco nº TRÊS; - deste, em linha reta, até encontrar a Estrada Dona Francisca, próximo à margem direita do Rio Negrinho - marco nº QUATRO; - daí, por uma reta sobre o leito do Rio Negrinho e da via férrea até o ponto situado a 40m (quarenta metros) do alinhamento de uma rua que acompanha o leito da via férrea - marco nº CINCO; segue em linha reta até outro ponto situado também a 40m (quarenta metros) do alinhamento da mesma rua - marco nº 6 SEIS; - deste, em linha reta, até encontrar o final da rua Adolfo Olsen - marco nº SETE; daí, em linha reta, até a Estrada do Rio do Bugre - marco nº OITO; deste, por outra reta, até a Estrada Dona Francisca - marco nº NOVE; segue-se a linha divisória do Bairro Vila Maria, incluindo este e atingindo sucessivamente os marcos DEZ, ONZE E DOZE, este último junto ao leito da estrada de ferro, segue o curso desta, em direção NORTE, 200 metros antes de encontrar a Rua Carlos Hantschel, onde se localiza o marco nº TREZE; daí, em linha reta, em direção a OESTE (Formando um ângulo de 90°) até encontrar o leito do Rio do Bugre - marco nº CATORZE; - prosseguindo daí rio abaixo até encontrar a ponte de concreto sobre o mesmo rio na estrada de Mafra - Rio Negrinho, marco nº QUINZE seguindo o curso dessa rodovia até encontrar o Rio Serrinha - marco nº DEZESSEIS; - e, finalmente, pela margem esquerda do rio acima até fechar a poligonal no marco nº UM.

Artigo 2º – O perímetro suburbano da cidade de Rio Negrinho é constituído de um retângulo cujos lados maiores ficam na direção NORTE-SUL e os menores na direção LESTE-OESTE. O lado Norte

corta a Estrada do Lageado um quilômetro além do marco nº UM. O lado Leste corta a Estrada Dona Francisca um quilômetro e meio além do marco nº QUATRO, em direção a São Bento do Sul. O lado Sul corta a Estrada do Salão um quilômetro e meio além do marco nº SETE. O lado Oeste corta a Estrada Dona Francisca um quilômetro além do marco nº NOVE, em direção a Mafra. Estabelece os limites dos perímetros urbano e suburbano da cidade de Rio Negrinho e dá outras providências. (vide leis nº1/1960 e nº 232/1969). (<https://leismunicipais.com.br/a/sc/r/rio-negrinho/lei-ordinaria/1959/1/7/lei-ordinaria-n-7-1959-estabelece-os-limites-dos-perimetros-urbano-e-suburbano-da-cidade-da-rio-negrinho-e-da-outras-providencias?q=7%2F1959>)

### 3.2 LEI Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 1960.

A lei promulgada apenas cinco meses depois da primeira, altera os limites do perímetro urbano do município, anteriormente definido. Dois marcos complementares são definidos, deixando mais claro o polígono. Houve, ainda, aumento da área urbana e suburbana de Rio Negrinho. Seguem os principais elementos:

Artigo 1º. O perímetro urbano da cidade de Rio Negrinho, sede do Município do mesmo nome, passa a ser constituído por uma linha poligonal fechada cujos ângulos se localizam em 18 pontos nos quais se colocarão marcos numerados seguidamente de 1 a 18, a partir do Norte, em sentido igual ao dos ponteiros do relógio, como se discrimina abaixo e como consta do mapa anexo que faz parte integrante da presente Lei.

No lugar em que a margem esquerda do Rio Serrinha mais se aproxima do ponto em que parte da Rodovia Estadual a estrada que vai do Bairro de Vila Nova à ponte sobre o Rio Negro, localize-se o marco número UM; segue uma linha reta até o prolongamento da Rua José Brey - marco número DOIS; daí por uma linha reta até encontrar o ponto situado a Leste da Rua do Seminário, a 150 metros, do alinhamento

desta - marco número TRÊS; deste em linha reta até encontrar a Estrada Dona Francisca, próximo à margem direita do Rio Negrinho - marco número QUATRO; daí por uma reta sobre o leito do Rio Negrinho e da Estrada de Ferro até o ponto situado a 40 metros do alinhamento da rua que acompanha o leito da via férrea - marco número CINCO; segue em linha reta até o ponto situado também a 40 metros do alinhamento da mesma rua - marco número SEIS; deste em linha reta até encontrar a Rua Adolfo Olsen, no ponto em que desta parte, em direção a Oeste, uma rua, ainda sem nome, cujo prolongamento se comunica com o prolongamento da Rua Dr. Jorge Lacerda - marco número SETE; daí por uma linha reta até encontrar a Rua Dr. Jorge Lacerda no ponto em que começa o aclave desta e de onde parte, em direção a Leste, uma pequena rua também sem nome - marco número OITO; daí em linha reta até encontrar a Estrada do Rio dos Bugres - marco número NOVE; desta, por outra reta até encontrar a Estrada Dona Francisca, nos limites do Bairro Vila Maria (ângulo voltado para Noroeste, quadra nº oito) + marco número DEZ; segue-se a linha divisória deste mesmo Bairro atingindo, sucessivamente, os marcos números ONZE, DOZE e TREZE, este último junto ao leito da estrada de ferro; segue o curso desta em direção ao Norte, até o ponto situado a 200 metros ao Sul do ponto de interseção da via férrea com a Rua Carlos Hantschel - marco número CATORZE; daí em linha reta, em direção a Oeste, (formando ângulo reto com o segmento retilíneo compreendido entre o marco número catorze e o supra citado ponto de interseção) até encontrar a margem direita do Rio dos Bugres - marco número QUINZE; segue pela margem direita do Rio dos Bugres, rio abaixo, até a ponte de concreto sobre o mesmo rio, na estrada estadual que vai para Mafra - marco número DEZESSEIS; segue o curso dessa rodovia em direção ao Município de São Bento do Sul, até a margem direita do Rio Negrinho, no ponto em que se localiza uma ponte de concreto sobre o mesmo rio - marco número DEZESSETE; daí seguindo a margem direita do Rio Negrinho, rio abaixo, até a sua confluência com o Rio Serrinha - marco número DEZOITO; pela margem esquerda do Rio Serrinha, rio acima, até fechar a poligonal no marco número UM.

Artigo 2 – O perímetro suburbano da cidade de Rio Negrinho é constituído de um retângulo cujos lados maiores ficam em direção NORTE-SUL e os menores na direção LESTE-OESTE. O lado Norte corta a Estrada do Lageado a um quilômetro além do marco nº UM do perímetro urbano. O lado Leste corta a Estrada Dona Francisca a um quilômetro e meio além do marco número QUATRO do perímetro urbano, em direção a São Bento do Sul. O lado SUL corta a Estrada do Salto a um quilômetro e meio além do marco número SETE do perímetro urbano. O lado Oeste corta a Estrada Dona Francisca um quilômetro além do marco número DEZ do perímetro urbano em direção a Mafra. <https://leismunicipais.com.br/a/sc/r/rio-negrinho/lei-ordinaria/1960/0/1/lei-ordinaria-n-1-1960-altera-os-limites-do-perimetro-urbano-da-cidade-de-rio-negrinho-estabelecidos-pela-lei-n-7-59-de-03-de-agosto-de-1959-e-da-outras-providencias>)

### 3.3 LEI Nº 232, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1969.

Essa lei vai promover nova alteração dos limites do perímetro urbano de Rio Negrinho. Note-se que os limites ficam mais visíveis com a linha de transmissão elétrica, até para indicar a divisa de Santa Catarina e Paraná. Seus termos mais relevantes são os que seguem:

Artigo 1º. O perímetro urbano da cidade de Rio Negrinho, sede do município do mesmo nome, passa a ser constituído por uma linha poligonal fechada cujos ângulos se localizam em 12 (DOZE) pontos nos quais se colocarão marcos numerados seguidamente de 1(UM) a 12 (DOZE), além de marcos não numerados colocados em ambas as margens das estradas por onde cruza a linha do perímetro urbano, partindo do marco nº 1 (UM), localizado na divisa dos terrenos de propriedade dos Senhores Alexandre Dums e Antônio Suscheck, no cruzamento do eixo da linha de transmissão "JOINVILLE - MAFRA" (CELESC), 210 (DUZENTOS E DEZ) metros aquém da torre 178, seguindo no sentido anti-horário a mesma linha a 79º NO, atravessando

o rio serrinha, a estrada do Lageado, até atingir a torre nº 182 denominado ponto de referência Nº (1-A) UM-A, com um ângulo de 10° a esquerda, seguindo por esta linha até alcançar a torre da linha de transmissão "JOINVILLE-MAFRA", nº 186, denominado ponto de referência nº 1-B (UM-B) daí com um ângulo de 60° a esquerda, segue em linha reta até alcançar o marco nº 2 (DOIS), situado em terras de propriedade do Senhor Evaldo Alírio Ritzmann; daí com um ângulo de 56° a direita, segue em linha reta atravessando o rio negrinho, o leito da via férrea, até encontrar o marco nº 3 (TRÊS), situado na divisa dos terrenos de propriedade dos Senhores Francisco Rueckl e Waldemar Werner; daí com um ângulo de 71° a esquerda, segue em linha reta até alcançar o marco nº 4 (QUATRO), situado em terras do Senhor Francisco Rueckl a 50 (CINQUENTA) metros do eixo da rodovia SC-21; daí com um ângulo de 45° a esquerda em linha reta cruzando a rodovia SC-21, a Estrada D<sup>a</sup> Francisca (Velha), o rio dos Bugres, a estrada Volta Grande, em cuja margem se encontra localizado o marco nº 5 (CINCO); daí continuando em linha reta atravessa a estrada de rio dos bugres até atingir o marco nº 6 (SEIS) localizado em terras de propriedade do Senhor Antônio Otton Fischer nas proximidades da residência do mesmo; daí com um ângulo de 86° a esquerda, segue em linha reta, cruzando a estrada denominada barro preto, estrada do salto, até atingir o marco nº 7 (SETE) localizado em terras do Senhor Paulo Knopp, daí com um ângulo de 16° a direita segue em linha reta até atingir o marco nº 8 (OITO), localizado em terras de propriedade do Senhor Reinaldo Maros; daí com um ângulo de 36° a esquerda segue em linha reta, cruzando o leito da via férrea, o rio negrinho até atingir o marco nº 9 (NOVE), localizado as margens da estrada da Estância; continuando pelo leito da referida estrada até encontrar o ponto de referência 9-a (NOVE-A) daí com um ângulo de 31° a direita seguindo ainda pelo leito da mesma estrada até atingir o marco nº 10 (DEZ), localizado as margens da mesma; daí com um ângulo de 23° a direita segue em linha reta ainda pela mesma estrada da Estância até encontrar o marco nº 11 (ONZE), localizado as margens da referida estrada e as margens das terras de propriedade do Senhor Paulo Augustin; daí com

um ângulo de 86° a esquerda segue em linha reta cruzando a estrada D<sup>a</sup> Francisca (Velha) em cuja margem se encontra o marco nº 12 (DOZE); daí pelo mesmo rumo, pela linha divisória das terras de propriedade do Senhor Jose Narloch e Móveis Cimo S/A, cruzando a Rodovia SC-21, até atingir o marco nº 1 (UM), fechando a poligonal com um ângulo de 92° a esquerda.

Artigo 1º – A distância entre marcos ficou assim distribuída: DO MARCO Nº 1 (UM) ao Ponto de referência nº 1-A (UM-A), 1.930 metros; Do ponto de referência 1-A (UM-A) ao ponto de referência 1-B (UM-B), 1.340 metros; Do ponto de referência 1-B (UM-B) ao marco nº 2 (DOIS), 2.640 metros; Do marco nº 2 (DOIS) ao marco nº 3 (TRÊS) 1.800 metros; do marco nº 3 (TRÊS) ao marco nº 4 (QUATRO), 930 metros; do marco nº 4 (QUATRO) ao marco nº 5 (CINCO), 1.590 metros; do marco nº 5 (CINCO) ao marco nº 6 (SEIS), 1.710 metros; do marco nº 6 (SEIS) ao marco nº 7 (SETE), 1.455 metros; do marco nº 7 (SETE) ao marco nº 8 (OITO), 620 metros; do marco nº 8 (OITO) ao marco nº 9 (NOVE), 330 metros; do marco nº 9 (NOVE) ao ponto de referência nº 9-A (NOVE-A), 410 metros; do ponto de referência nº 9-A (NOVE-A) ao marco nº 10 (DEZ), 180 metros; do marco nº 10 (DEZ) ao marco nº 11 (ONZE), 750 metros; do marco nº 11 (ONZE) ao marco nº 12 (DOZE), 610 metros e finalmente do marco nº 12 (DOZE) ao marco nº 1 (UM), 2.340 metros, perfazendo a poligonal um total de 16.635 metros, contendo a área de 16.556.000,00 (DEZESSEIS MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL METROS QUADRADOS) m<sup>2</sup>, conforme planta anexa à presente LEI. (<https://leismunicipais.com.br/a/sc/r/rio-negrinho/lei-ordinaria/1969/23/232/lei-ordinaria-n-232-1969-altera-os-limites-do-perimetro-urbano-da-cidade-de-rio-negrinho-estabelecido-pela-lei-n-07-59-de-03-08-59-e-pela-lei-n-01-de-11-de-janeiro-de-1960-e-da-outras-providencias>)

O perímetro urbano ficou assim definido com uma área de 16.556.000,00 m<sup>2</sup>, ou 16,5 km<sup>2</sup>, ou 1655 hectares.

### 3.4 LEI Nº 71, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1979.

Nova alteração do perímetro urbano de Rio Negrinho vai ser definida por essa lei, com o seu principal artigo dizendo o seguinte:

Artigo 1º. O perímetro urbano da cidade de Rio Negrinho, passará a ser definido por uma poligonal fechado por 12 marcos, 9 retas, uma estrada e dois rios da seguinte forma: Tendo como ponto de partida o marco um, situado as margens do Rio Negro, na propriedade do Sr. Mauro Valério Pereira sentido do caminamento anti-horário, tomado um rumo magnético 57°48`SO em relação a reta, reta esta que é cortada pelas estradas municipais RIN-447 e RIN-354, Rede de Transmissão Joinville-Mafra, Rio Negrinho o leito da via férrea (RFFSA) distância da reta 6.511,38m final da reta marco dois. Ponto visado seguinte marco três rumo magnético desta reta 32°12`SE estradas cortadas, pela reta BR-280 RIN 354 e RIN 047, distância da reta 2144,90m final da reta marco 3. Ponto visado seguinte marco 4, rumo magnético formado pela reta seguinte 72°12`SE reta esta cortada pelas estradas municipais RIN 045 e RIN 459 e Rio dos Bugres distância desta reta 3000,00m final da reta marco 4. Ponto visado seguinte marco 5, rumo magnético 71°48`NE reta esta cortada pelas estradas municipais RIN 457 e RIN 034, e ainda pelo rio do Salto distância da reta 2196,75m final da reta marco 5. Ponto visado seguinte marco 6 rumo magnético 58°48`NE reta esta cortada pelas estradas municipais RIN 014 e RIN 452 e ainda pelo rio Negrinho e pelo leito da via férrea (RFFSA), distância da reta 2855,99m final da reta marco 6. Seguindo em linha curva, rumo magnético SE pela estrada Dona Francisca distância pela estrada 950,35m até encontrar o marco 7. Ponto visado seguinte marco 8 rumo magnético 12°12`NE reta esta cortada pela BR-280 distância da reta 1651,35m final da reta marco 8. Seguindo novamente em linha curva rumo magnético NO pelo rio da Serra distância pelo rio 810,00m até encontrar o marco 9. Ponto visado seguinte marco 10 rumo magnético 71°12`NE distância da reta 597,70m final da reta marco 10. Ponto

visado seguinte marco 11 rumo magnético 44°48`NA reta esta cortada pela Rede de Transmissão Joinville-Mafra e pela estrada municipal RIN 436 distâncias da reta 1671,85m final da reta marco 11. Ponto visado seguinte marco 12 rumo magnético 69°18`NA distância da reta 1562,67m final da reta marco 12. Seguindo novamente em linha curva rumo magnético NO pelo rio Negro, rio este que serve de limite entre os estados de Santa Catarina e Paraná linha está interceptada pela estrada Municipal RIN 002, estrada esta que liga Rio Negrinho a Lageados dos Vieiras. Distância de linha pelo Rio Negro 2200,36m final da linha marco um, fechando assim está poligonal do quadro urbano de Rio Negrinho, contendo um perímetro de 26163,28m com uma área de 36.728.879,32m<sup>2</sup>, conforme planta anexa.

(<https://leismunicipais.com.br/a/sc/r/rio-negrinho/lei-ordinaria/1979/7/71/lei-ordinaria-n-71-1979-estabelece-nova-delimitacao-para-o-perimetro-urbano-de-rio-negrinho>)

Sublinho a significativa expansão da área do Perímetro Urbano de Rio Negrinho, com um aumento de 20.172.879,32 m<sup>2</sup>, o que correspondente a um acréscimo de 122%. O perímetro urbano passou a ser de 36,7 quilômetros quadrados ou 36728 hectares.



Figura 3: Imagem aérea do perímetro urbano (1978)



Fonte: Prefeitura municipal de Rio Negrinho/Secretaria de Planejamento (1978)

### 3.5 LEI COMPLEMENTAR Nº35 – DE 10 DE OUTUBRO DE 2006

A partir deste momento o Perímetro Urbano passa a ser definido dentro de uma lei mais ampla que defini o Plano Diretor afim de reger o desenvolvimento Ambiental, Urbano-Rural do município. Devido ao estatuto das cidades, Lei Federal nº 10257/2001, tornou-se obrigados a fazerem os Planos Diretores para receber verbas Federais para infraestrutura do município. Darei ênfase aos artigos que definem o entendimento de urbano e de rural.

Artigo 12 – Para efeito desta Lei consideram-se:

I - Área Urbana - compreende a área interna da poligonal que compõe o perímetro urbano da sede do município de Rio Negrinho definido nesta Lei pelos Anexos 1.1a e 1.2a; a área interna da poligonal que compõe o perímetro urbano do Distrito da Vila de Volta da Grande definido nesta lei pelos Anexos 1.1b e 1.2b e a área interna da poligonal que compõe o perímetro urbano do Distrito da Vila de Volta da Grande da Vila de Serro Azul definido nesta pelos Anexos 1.1c e 1.2c.

II - Área Rural - compreende a área interna da poligonal que compõe os limites municipais de Rio Negrinho definida pela lei estadual no 11.340, de 08 de janeiro de 2000, excetuando a sua área urbana.

Os anexos 1.2 mencionados têm os seguintes termos:

### **Anexo 1.2a**

#### **Descrição do Perímetro Urbano da sede do município de Rio Negrinho**

É considerada área urbana do município de Rio Negrinho, o espaço compreendido pelo seguinte perímetro: início no ponto 1, localizado no rio Serrinha seguindo pelo mesmo na direção de seu escoamento até o ponto 2, considerando o limite do terreno do Sr. Paulo Beckert, seguindo por sua divisa até a estrada Campo Lençol (ponto3), pela qual segue paralela em 50m no sentido noroeste até o encontro da estrada Campo Lençol com a rua Augusto Gneiding formando o ponto 4, de onde segue em linha reta paralela à rua das Palmeiras até encontrar o rio Negro no ponto 5, seguindo seu sentido de escoamento até o ponto 6 que é formado na junção do rio Negro com a estrada particular da propriedade do Sr. Mauro Valério (espólio), também conhecida como antiga estrada do porto areia, na qual segue até o encontro com a rua Sebastião Ferreira da Veiga (ponto7), no sentido noroeste até o ponto 8, formado no início da rua Joaquim Castilho Neto pela qual segue até o ponto 9, que tem como coordenadas (E 647076.0297m e N 7097670.2103m) até o ponto 10, com coordenadas (E 646790.3057m e N 7097494.0606m), seguindo em direção Sul até o ponto 11, formado pela junção da coordenada (E 646730.6701m e N 7097016.4325m) e a linha de alta tensão, seguindo por esta em direção sudoeste até o encontro com a linha férrea formando o ponto 12, seguindo pela linha férrea em direção noroeste até o ponto 13, formado na junção da linha férrea e o Córrego Staffen, pelo qual segue em direção à sua montante até o ponto 14, formado pelo encontro deste com uma linha em direção Norte paralela a BR 280, seguindo por esta paralela até o ponto 15, no encontro da mesma com o córrego Colônia Miranda, pelo qual segue em direção à sua jusante até o ponto 16, formado pelo encontro deste com o ribeirão São Pedro, seguindo em direção à sua montante até o ponto 17, formado pela bifurcação de seus afluentes, seguindo na direção de seu afluente menor até o ponto 18, formado pelo encontro do afluente com a linha paralela a 200m da SC 422, que segue até o ponto 19 de coordenada (E 4719.1647m e N 7092312.8060m). Do ponto 19 segue em direção a SC 422 onde se dá o início do Loteamento Industrial Paulo Nogara (ponto 20), seguindo por sua divisa de fundos até o ponto 21, no encontro com o rio dos Bugres, seguindo por este até seu encontro com o córrego Furst no ponto 22, subindo à sua montante até o encontro com a rua Afonso Koehler ultrapassando está em 100m, formando o ponto 23, seguindo até o ponto 24 por uma linha paralela Sul à rua Afonso Koehler, até a estrada particular do Sr. Marciano César Marques, seguindo paralelamente 50m até o lago situado na propriedade de Marciano César Marques formando o ponto 25, seguindo pelo córrego da Luz até o ponto 26, no encontro com o córrego São Rafael, seguindo em direção à sua montante até a estrada particular do Sr. Wilson Schroeder, passando 50m da mesma em direção Sul, formando o ponto 27, seguindo por uma linha 50m paralela à estrada até encontrar a rua Eduardo Neidert ultrapassando-a em 100m até o ponto 28, seguindo numa paralela à 100m em direção Norte, até o encontro com o córrego Pires no ponto 29, seguindo por ele até o ponto 30, formado

pela junção do córrego Pires com a linha férrea, seguindo por ela em direção Leste até o rio Negrinho, formando o ponto 31, seguindo à montante do rio Negrinho até o encontro com o ribeirão da Estância, formando o ponto 32, pelo qual segue em direção à sua montante até o ponto 33, de coordenadas (E 650034.2700m e N 7094645.8600m), seguindo para o ponto 34 de coordenadas (E 650141.3981m e N 7094708.4424m), seguindo por linha 100m paralela à estrada particular do Sr. Evaristo Stoeberl (espólio), até seu encontro com a estrada Dona Francisca no ponto 35, seguido por uma linha 100m paralela à estrada Dona Francisca, até a divisa do Município de Rio Negrinho com o Município de São Bento do Sul formando o ponto 36, seguindo por esta divisa de municípios até encontrar o ponto 1, fechando o perímetro urbano da sede do município apresentando **32,69 Km<sup>2</sup> de área**. (Obs: Coordenadas DATUM SAD 69).

### **Anexo 1.2b**

#### **Descrição do Perímetro Urbano da sede do Distrito da Vila de Volta Grande**

É considerada área urbana da sede do Distrito da Vila de Volta Grande, o espaço definido pelo seguinte perímetro: início na confluência da rua Felipa Buonaccorso de Domenico e a linha de alta tensão formando o ponto1, seguindo em direção Sul até o ponto2, formado no encontro com o rio Preto, seguindo por este em direção à sua montante até o ponto3, formado no encontro do rio Preto com seu afluente denominado córrego rio dos Poços, seguindo por este em direção à sua montante até o ponto4, em que este encontra a linha paralela em direção Oeste à rua I (projetada) até o ponto5, na confluência desta linha com outra linha paralela Sul 50m à rua C, em direção Oeste até ultrapassar em 25m a caixa de água SAMAE formando o ponto6, seguindo então por uma linha na direção Norte até o ponto7, que é formado pelo encontro desta linha com a linha reta projetada em direção à rua B, até o ponto8, que é formado pela confluência desta linha e o início do córrego Carvalho, seguindo ao ponto9 que é formado pelo encontro deste córrego com a linha paralela 50m Norte à estrada que leva à localidade de Boa Vista, seguindo direção Leste paralela a esta estrada até o ponto10, que é formado pela linha paralela 50m da estrada que leva à localidade de Boa Vista com a linha paralela 100m Oeste da estrada que leva à localidade de Bituva, direção Norte, até o ponto11, que é formado pela bifurcação da estrada que leva à localidade de Bituva com a estrada particular que divide propriedade de Mauro Oliveira e Miguel Langangua, seguindo em direção ao rio Preto na sua menor distância formando o ponto12, seguindo pelo rio em direção à sua jusante até o ponto13, formado no encontro do referido rio com a linha de alta tensão pela qual segue em direção ao ponto 1, fechando o perímetro, apresentando **2,12 Km<sup>2</sup> de área**.

### **Anexo 1.2c**

#### **Descrição do Perímetro Urbano da Vila de Serro Azul**

É considerada área urbana da Vila de Serro Azul, Distrito Volta Grande, o espaço definido pelo seguinte perímetro: início às margens da represa e final do acesso da serraria de Antonio Ruckel, ponto 1, seguindo pelo acesso da serraria de Antonio Ruckel até encontrar a rodovia SC 422 formando o ponto2, seguindo por esta até encontrar a estrada municipal RIN-386, comumente conhecida como estrada do rio Queimados, formando o ponto 3, seguindo pela mesma uma distância de 200 metros formando ponto 4, seguindo por uma linha seca até o rio das Pombas cerca de 250 metros da linha de alta tensão

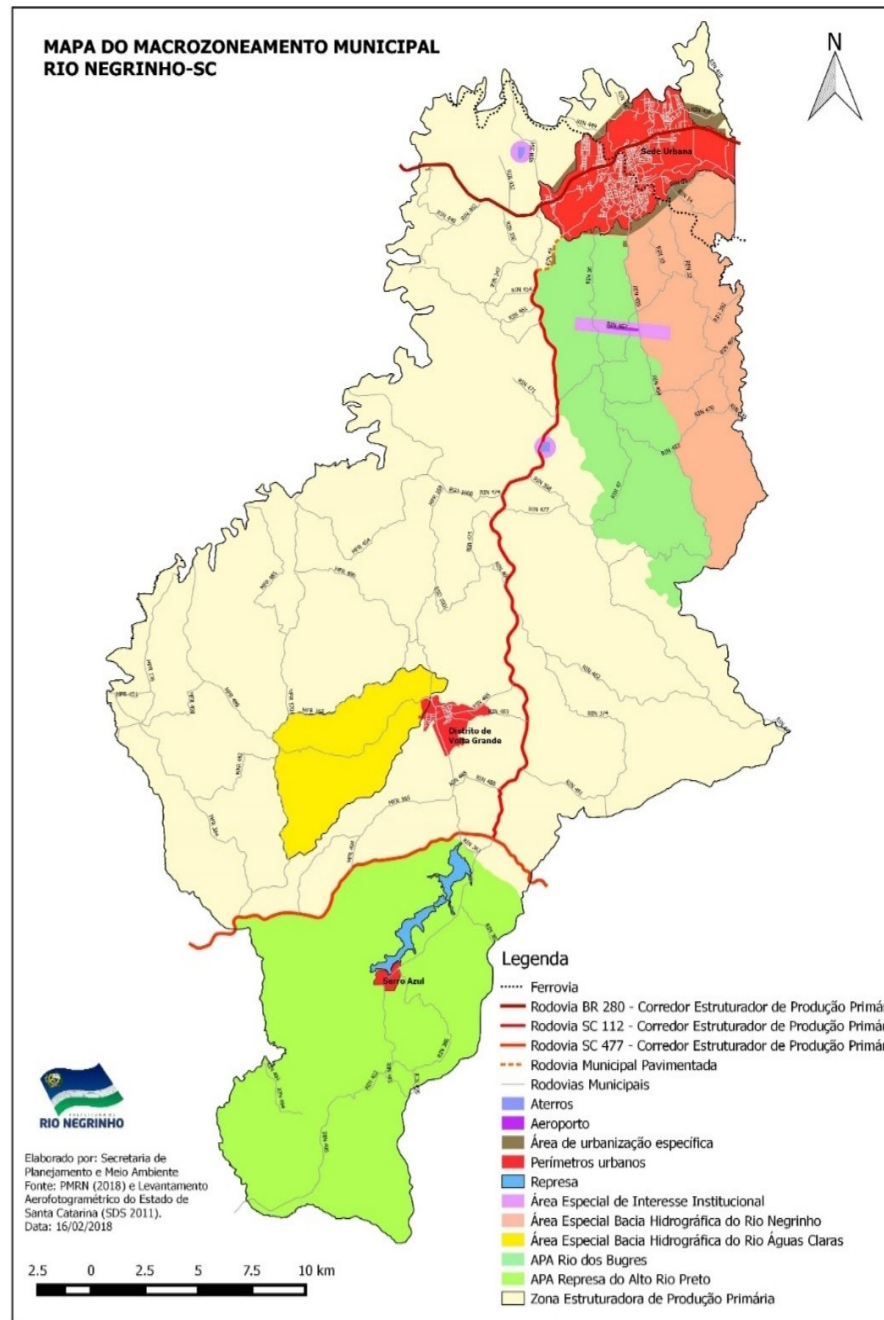
formando o ponto 5, seguindo por uma linha seca até encontrar a rodovia SC 422 cerca de 200 metros acima da estrada a Associação Móveis Ruckel formando o ponto 6, seguindo pela rodovia SC 422 até encontrar divisa de terras do Sr. Jorge Kolhbeck e Móveis Ruckel Ltda. Formando o ponto 7, seguindo por esta divisa de terras até encontrar as margens da represa formando o ponto 8, seguindo por suas margens até o ponto 1, fechando o perímetro, apresentando **1,19 Km<sup>2</sup> de área**.

(<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rio-negrinho-sc> - Anexo 1)

Note-se a inclusão das sedes de distritos no perímetro urbano e que a soma das três áreas é igual a 36 quilômetros quadrados, inferior, portanto, à área anterior de 1979 (de 36,7 km<sup>2</sup>). Essa delimitação persiste até os dias de hoje, ou seja, quarenta anos depois. (Figura 4).

Os interesses em um Perímetro urbano tão expansivo, durante esse longo tempo, talvez, uma forma grosseira, leva a considerar um pensamento de que foi dimensionado para uma valorização imobiliária todo esse espaço a 40 anos atrás, não era valorizado financeiramente como a hoje.

Figura 4: Mapa de macrozoneamento municipal de Rio Negrinho, com as áreas de Perímetro Urbano (em vermelho), 2018.



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho

Trata-se de um claro indicador de que houve um sobre dimensionamento da área considerada urbana, abrangendo áreas com características geográficas, sociais, econômicas ou culturais ligadas à ruralidade. As fotos abaixo apontam para a pertinência desse olhar.



Figura 5: Foto da área urbana de Rio Negrinho, demarcada pela linha verde (ano 2009)



Fonte: Prefeitura municipal de Rio Negrinho/Secretaria de Planejamento (2009)

Figura 6: Foto da área urbana de Rio Negrinho, demarcada pela linha verde (2016).



Fonte: Prefeitura municipal de Rio Negrinho/Secretaria de Planejamento (2016)

Além de buscar reforçar a ideia mais geral de que o Perímetro Urbano, como “fronteira inframunicipal entre o rural e o urbano” é “anacrônico e aberrante”, procurei indicar problemas e distorções deste tipo de delimitação estabelecida pelos legislativos municipais. Para pensar os efeitos desta distorção sobre sujeitos do campo, realizei entrevistas diretas com membros de cinco Unidades Familiares de Produção, que coloco diante do leitor a seguir.

#### **4 CAPÍTULO 3: A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**

Neste trabalho, a intenção é questionar e formular pontos para reflexões sobre a presença de Unidades Familiares de Produção, de pequeno porte, dentro do que é considerado como área urbana no pequeno município rural que é Rio Negrinho. Tais UFP, do tipo agricultura familiar, asseguram produção destinada ao autoconsumo dos membros do grupo familiar, assim como uma parte é voltada ao mercado. Elas interagem com as – e sofrem pressão das – mudanças que ocorrem no seu entorno próximo (aumento da população, pressão imobiliária, infraestrutura etc.)

Para isto, desenhei uma pesquisa com cinco famílias que vivem em UFP situadas dentro do perímetro urbano de Rio Negrinho. Para evitar a sua identificação direta, elas foram nominadas por letras do alfabeto. A citação dos bairros em que residem é possível porque elas não são as únicas famílias de agricultores que neles residem.

As entrevistas diretas tiveram como objetivo contribuir para o entendimento de como foi ao longo do tempo – e como está sendo hoje – a relação dessas UFP agrícola de pequeno porte com o seu entorno, supostamente urbano. Um mesmo questionário escrito foi proposto aos membros das cinco famílias. O pesquisador visitou as famílias, explicou a pesquisa, seus objetivos e seus instrumentos e perguntou se se sentiam tranquilas, motivadas e dispostas a dela participar. Caso a resposta fosse positiva, o questionário era deixado para ser preenchido com calma e com a ajuda e participação dos filhos, ficando claro que eles poderiam desistir a qualquer momento. Posteriormente, passou para recolher as respostas, conversar com as famílias e sanar possíveis dúvidas.

##### **4.1 FAMÍLIAS COM UFP AGRÍCOLAS NO “INTERIOR” DO PERÍMETRO URBANO DE RIO NEGRINHO**

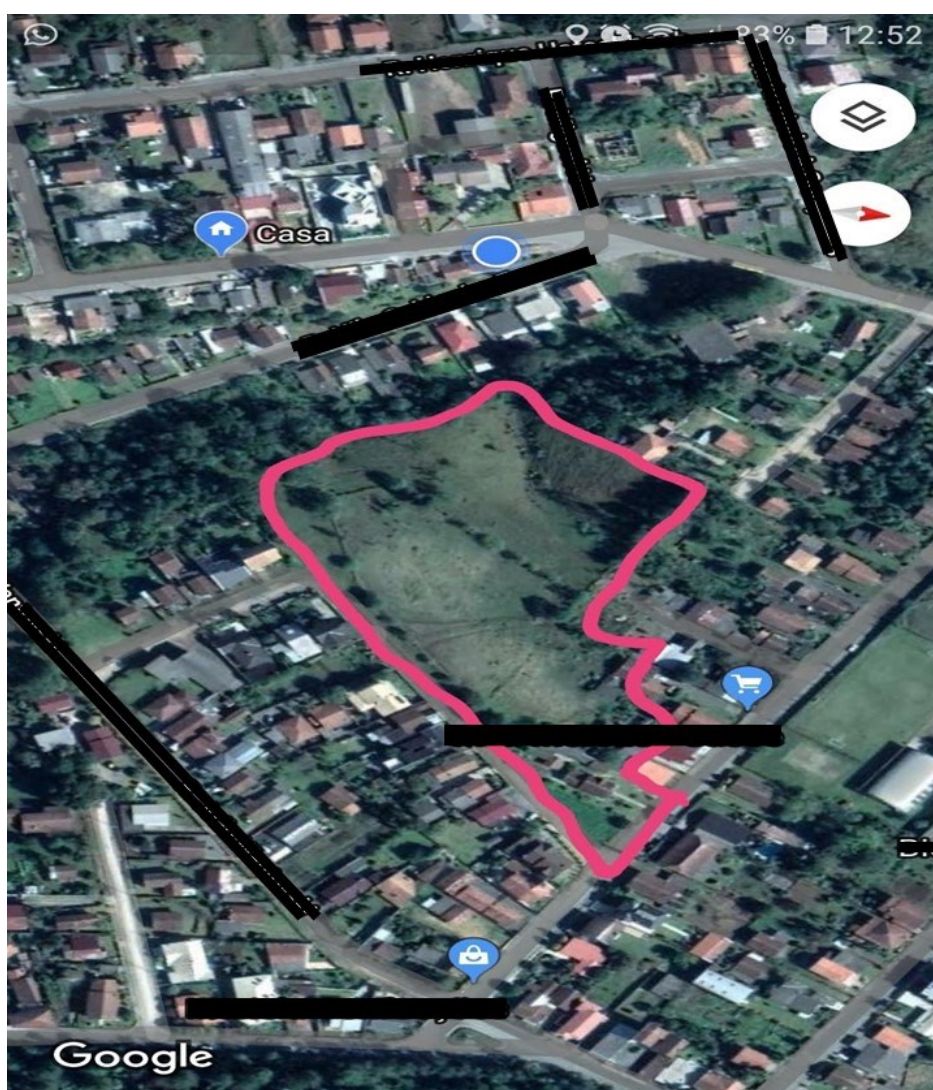
Os principais resultados são apresentados abaixo.



#### 4.1.1 Família “A”

O patriarca desta família é octogenário e são oito os filhos. A propriedade situa-se no Bairro Ceramarte. A distância da UFP até a sede da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho é de apenas mil e quinhentos metros (1,5 Km).

Figura 7: Imagem de satélite da localização da UFP da Família A (seu contorno marcado em vermelho)



Fonte: Google Earth, capturada em setembro de 2019.

Adquirida em 1967, a propriedade tinha uma área pouco inferior a quatro hectares (ou 40.000 metros quadrados). Hoje, ela está reduzida a 1,37 hectares (13.700 m<sup>2</sup>). A UFP realizava criação de gado leiteiro e plantações de aipim, batata-doce, verduras e frutas regionais e de



forragem para o gado. O pai (“chefe de família”) trabalhava em uma indústria de móveis durante o “horário comercial”. Antes, no início do dia, e depois do trabalho, final o dia, ele se empenhava, juntamente com a família, nas atividades agrícolas da propriedade. Durante o dia, sua esposa (falecida recentemente) cuidava dos filhos, realizava os afazeres domésticos e ainda assegurava – e geria a participação dos filhos – as atividades de plantio, cultivo e colheita. “Para vender”, cultivavam perto de 8.000 pés de morangos. E produziam leite, nata, requeijão e manteiga, tudo entregue de bicicleta nas residências de seus clientes. Essa foi a rotina até a aposentadoria do pai na indústria moveleira. Depois, dedicou diretamente seu tempo à propriedade.

Com relação à infraestrutura, lembram que quando adquiriram a propriedade, em 1967, a estrada era de grama. Em 1972, virou estrada de chão batido. Em 2010, foi pavimentada com pedras. E, finalmente, neste ano de 2019, “chegou o asfalto”. A energia elétrica já estava disponível em 1967, enquanto a água encanada chegou em 1972. O acesso à internet ocorreu em 2010, mas a ligação ao sistema de esgotamento sanitário somente em 2018.

Com relação à atividade agrícola, a família comentou que, em 50 anos, este ano foi o primeiro em que não cultivaram a terra. Somente deixaram algumas vacas e alguns cavalos no pasto. Uma das filhas, já sexagenária, dá a seguinte explicação:

O pai não dá mais conta. Hoje, tudo mudou. Nata, leite, queijo ou manteiga, nem podemos vender mais. Antigamente, era melhor. Até o gado leiteiro, hoje, fica difícil manter. Estamos muito dentro da cidade. Tem o cheiro dos animais, que a vizinhança reclama, e vem a vigilância (sanitária) e aplica multa em nós! Não temos mais interesse de plantar. Todos estão com empregos, ou são proprietários de comércio, ou, compraram terras longe da cidade, onde eles plantam à vontade. Hoje, vamos manter limpo o terreno para o pai, com algumas cabeças de gado e uns cavalos. Plantar, somente para nosso consumo, que é pouco.

Figura 8: Vista parcial da UFP da Família A



Fonte: Arquivo Pessoal

#### 4.1.2 Família “B”

A propriedade existe desde o ano de 1954 – isto são 65 anos – e foi dividida entre os herdeiros, há poucos anos, em função do falecimento do pai. Ela está localizada no Bairro Campo Lençol, a seis quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho (em uma linha direta ou a “voo de pássaro” 1,5 Km), no Bairro Serrinha. A área total da propriedade era de 40 hectares (400.000 m<sup>2</sup>), metade dela com terras agricultáveis. A família trabalhava totalmente na agricultura tradicional e familiar, dividida entre plantações de milho, feijão e arroz. O restante da propriedade era coberto por pastagem para a criação gado bovino de corte e leiteiro (leite destinado à fabricação artesanal de queijos), de animais de pequeno porte e dos cavalos usados na tração de máquinas e equipamentos. Durante 40 anos, somente a tração animal foi usada na propriedade.

No tempo, em que o pai desta família ainda cultivava as terras, nos anos de 1980, ele começou a “arrendar” alguns talhões de sua propriedade, principalmente, onde era difícil realizar agricultura com o uso de implementos com tração animal. As áreas de terra

“arrendadas” era, assim, aquelas mais “dobradas”, popularmente chamadas de “grotas”. Nelas, os “parceiros” praticavam “roças de cepos”: a abertura se dava com roçadas, deixando os cepos altos, seguidas de queimada. Depois, era realizado o plantio, geralmente de feijão e milho. Os “parceiros” (ou “terceiros”) eram trabalhadores de indústria, com origem na agricultura e que procuravam combinar a atividade de operário com a de lavrador. O sistema era conhecido como “às terças” e não envolvia o pagamento em dinheiro, ou seja, o proprietário, ao final do processo de produção, ficava com um terço do que era colhido.

Quando o pai faleceu, houve a divisão da terra entre os filhos e filhas, cabendo dez hectares a cada herdeiro. Eles lembram que em 1979 o terreno passou a ser considerado situado em área urbana. Em 2006, com a nova delimitação do perímetro urbano do município, a linha de transmissão de energia e a estrada dentro da propriedade passaram a fazer a divisão entre urbano e rural. A propriedade fica próxima da divisa entre Santa Catarina e Paraná (onde o Rio Negrinho deságua no Rio Negro) e uma linha de torres de transmissão de energia elétrica passa no meio dela.

O resultado foi que a casa da propriedade estava/está situada em zona rural, enquanto as terras nas quais se pratica a agricultura e a criação de gado ficava/fica dentro do perímetro urbano. Se esse quadro já é em si bizarro, sublinho que se passava do rural ao urbano atravessando um caminho interno ao terreno próprio da família. (Figuras 9, 10 e 11).

Figura 9. Imagem de satélite de parte da propriedade da Família B



Fonte: Google Earth, capturado em novembro de 2019.



A “rua” que vem da direita para a esquerda e desce na imagem, formando uma bifurcação, serve de divisa entre urbano e rural. A casa e os ranchos estão no que é considerado as áreas de mata e de plantio, por sua vez, estão dentro do que é considerado espaço urbano.

Figura 10. Vista parcial da propriedade da Família B



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 11. Vista parcial da propriedade da Família B



Foto: Arquivo Pessoal

Nas duas fotografias anteriores, o lado direito da estrada está dentro do perímetro urbano – sendo, portanto, zona urbana, e o lado esquerdo está na zona considerada rural, porque “sobra” do perímetro urbano.

Um fato ilustrativo da extravagância da situação se deu (e se dá) no relacionamento com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (a Celesc). Seja quando houve a solicitação da colocação de postes, seja na cobrança do consumo de energia (as taxas são diferenciadas, havendo subsídios para unidades em área rural), a empresa não consegue ter uma posição definitiva sobre se a propriedade é urbana ou rural. A firma não poder colocar postes para levar energia a uma benfeitoria para produção agrícola porque ela está em zona urbana, mas cobra mais da energia consumida na casa, mesmo que ela esteja em zona rural.

Com relação à identidade dos membros da família, destaco o relato de um deles, sexagenário:

Sou colono! Apesar de estar aposentado por um Banco, sou formado em colégio agrícola no ano de 1980, em Araquari, e sempre trabalhei com meu pai aqui na roça. Passei por toda transformação deste lugar. Era somente um carreiro de vaca. Era na foice e na enxada... E com bons cavalos para aguentar o tranco.

#### **4.1.3 Família “C”**

A família teve, há pouco tempo, o falecimento sucessivo de um dos sete irmãos e do pai, já octogenário. A entrevista foi realizada com o segundo filho mais velho, que está com 59 anos de idade.

Localizada a cinco quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, entre os bairros Quitandinha e São Pedro, a propriedade, que era de setenta e quatro hectares (74 ha), já pertencia à família em 1957, quando, após o casamento, o proprietário recebeu as terras do seu avô. Com o casamento dos filhos, o pai começou a ceder terras a eles. Em 2000, vendeu uma parcela a uma empresa. A mãe, hoje com 83 anos de idade, ficou com um hectare (10.000m<sup>2</sup>), área que os filhos cultivam para ela, sempre que ela os solicita.

A família trabalhava com a agricultura, utilizando a tração animal. Os filhos já adultos, passaram a trabalhar em indústrias da região, mas, nos fins de semana, “pegavam juntos” na propriedade. A produção era destinada ao autoconsumo e à venda. O plantio mais importante era o de milho, destinado à engorda de gado de corte, sendo o excedente vendido à vizinhança. Também havia a criação de gado leiteiro. O leite produzido era vendido e entregue a moradores

próximos ou transformado em queijos e nata, em geral também vendido em circuito curto nos bairros próximos. Esse sistema produtivo permitia “viver relativamente bem”, segundo o entrevistado.

O entrevistado relata que “o bairro” era “só de propriedades agrícolas pequenas”, com estradas difíceis e sem água encanada – “era só água de poço” (usada até hoje, por opção deles). A água tratada, fornecida pela Samae de Rio Negrinho, chegou no período entre 1988 e 1992. A energia elétrica foi disponibilizada apenas em 1984. E o sistema de esgotamento sanitário ainda não chegou ainda. O telefone, somente em 1997, quando foi comprada e instalada uma linha. O “posto de saúde” foi construído em 1996, mas presença de médico no local só ocorreu em 1998. A escola mais próxima – onde os filhos estudaram, na década de 1960, e em seguida toda a terceira geração – era a “Escola do km 106”, hoje com a denominação de Escola Municipal Prefeito Frederico Lampe.

As Figuras 12 e 13 mostram vistas parciais da propriedade. Ressalto que ela está situada dentro do perímetro urbano.

Figura 12. Vista parcial da propriedade da Família C



Foto: Arquivo Pessoal.



Figura 13. Vista parcial da propriedade da Família C



Foto: Arquivo Pessoal.

O depoimento direto, a seguir, ilustra bem as transformações no entorno da UFP:

Em 1980, uma empresa comprou uma área enorme próximo a esta propriedade. E construiu uma vila para funcionários vindos de outras regiões do país. Ficou difícil manter as coisas. Acabou o sossego. Começou uma sequência de roubos lá em casa. Até o abate de cabeças de gado fizeram, para roubar. Fora o roubo das vacas leiteiras e de pequenos animais. Chegaram a caçar os porcos do mangueirão. E a nos ameaçar com armas. O pai ficou muito nervoso e, no ano de 2000, vendeu um bom pedaço de chão a uma empresa de móveis, que faz nós, vizinhos, cheirar verniz todos os dias. O pai morreu... Cuidamos da mãe, ali perto. Mas plantar como era antes, não!

#### 4.1.4 Família “D”

Trata-se de uma família mais nova. E com a agricultura em seu contexto de vida. O pai, próximo dos cinquenta anos, trabalha como pedreiro. Mesmo sendo muito requisitado na região, não renuncia à vida como agricultor que herdou dos pais. A mãe, com a mesma idade, trabalha diretamente nas propriedades. A filha mais velha está no terceiro ano do Curso de Técnico Agrícola do “colégio agrícola de Araquari” (Instituto Federal Catarinense Campus Araquari). As outras duas filhas estão no Ensino Fundamental, em escola próximo a sua

residência. A família tem algumas cabeças de gado leiteiro. O leite, a nata e os queijos produzidos são destinados ao autoconsumo e à venda. A renda da família é complementada com a produção de legumes e verduras e pela confecção e venda de cucas, bolos e conservas.

As duas propriedades da família ficam no Bairro São Rafael. A mais antiga tem três hectares e foi recebida em herança. Durante dezoito anos, eles tiveram um aviário, como importante fonte de renda. Com o aumento do número e a aglomeração de residências – especialmente com a instalação de um “loteamento popular” pela a prefeitura – essa unidade de criação de frangos precisou ser fechada. Os vizinhos reclamavam do odor gerado, principalmente no verão e a família teve que achar alternativas. Buscaram, então, a criação de um pequeno plantel de gado leiteiro, e o plantio de pepinos, vendidos a uma empresa de conservas situada fora de Rio Negrinho. Há pouco tempo, adquiriram uma segunda propriedade, com mais chão agricultável. À criação de gado leiteiro, somaram a de cavalos. Os proprietários recordam, em depoimento direto:

Aqui sempre foi mato, capoeira, mas, de uns 20 (vinte) anos para cá, está muito movimentado cada vez mais! O movimento forte era somente na época do rodeio do CTG amor e tradição, agora que asfaltaram, isso faz uns 10 (dez) anos, mudou radicalmente tudo!

Sobre a infraestrutura, na propriedade em que residem (ver Figuras 14, 15 e 16), não usam a água encanada fornecida pelo Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto. Preferem servir-se de um poço que já pertencia a sua família antes mesmo que ficassem com essa propriedade. Julgam que a água do poço “é mais gostosa”, “não tem cloro” e serve a eles e “aos bichos”, além de servir para a irrigação das plantas. A eletricidade está disponível há mais de quarenta anos. O esgoto, “estão cobrando, mas não temos ainda”. A internet, “por causa das crianças”, foi instalada há dois anos. O “posto de saúde é pertinho”. Assim como a escola de Ensino Fundamental Municipal Professora Selma Teixeira Graboski, unidade escolar em que todas as filhas estudaram ou estudam.



Figura 14. Vista parcial da propriedade da Família D



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 15. Vista parcial da propriedade da Família D



Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 16. Vista parcial da propriedade da Família D



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 17. Vista parcial da propriedade da Família D



Fonte: Arquivo Pessoal.

Em relação à nova propriedade, um debate sobre a delimitação do perímetro urbano está muito presente. Ela está localizada no Bairro Barro Preto, mais especificamente na estrada de acesso ao aeródromo municipal, que já está asfaltada, e gera muito movimento, mas não está dentro do perímetro urbano. Assim, a discussão chegou à Câmara de Vereadores. O proprietário entrevistado se diz tranquilo, porque considera que poderá continuar “trabalhando da mesma maneira”. Mais do que isso, ele destaca, em depoimento direto:

Gostamos de orientações técnicas. Queremos nossas propriedades bem produtivas. A prefeitura, vem nos visitar sempre. Analisam a água e deixam muitas dicas para a gente. Não penso em parar de plantar...

Sobre os bairros que formaram ao redor, não me incomoda. Eu estava aqui antes do que eles. Fico tranquilo, sempre que tenho acompanhamento da prefeitura. E, agora, minha filha está quase se formando em técnica agrícola, o que melhora muito nossa produtividade. E queremos mudar para a Agroecologia, porque boa parte dessas mudanças já fazemos e não está difícil de terminar a mudança.

#### **4.1.5 Família “E”**

A propriedade da Família E está localizada no Bairro Barro Preto, a quatro quilômetros da sede da Prefeitura Municipal. Atualmente, tem uma área de 1,4 hectares (mais exatamente, 14.698 m<sup>2</sup>). O pai do atual proprietário adquiriu uma área maior. Ele trabalhava em uma empresa e, fora dos horários de trabalho remunerado, também plantava e criava gado em suas terras, seguindo uma tradição familiar. Os avós do entrevistado eram agricultores e viviam somente da terra, seja com criações no sistema antigo de “mangueirões de porcos”, seja na produção vegetal com base na tração animal (cavalos). O avô paterno e o pai faleceram em anos diferentes, mas em um curto intervalo de tempo, e o entrevistado assumiu a produção agropecuária. Na entrevista ele declarou que em 2019 resolveu “parar”, porque “chegou a hora de acalmar as coisas”. Tal decisão está associada a uma mudança no entorno próximo. A propriedade está situada à margem da estrada que dá acesso ao aeródromo do município – recentemente asfaltada, o que fez aumentar bastante a circulação de veículos e de pessoas. Da mesma forma, algumas empresas estão buscando se instalar no local. Tudo isso tem desmotivado alguns moradores a permanecer como agricultores. Fato que é agravado pelo envelhecimento daqueles que sempre mantiveram as lides na agricultura. O depoimento direto é ilustrativo:

“Tem uma vila, ao lado. Eram poucas casas..., mas, com o asfalto ampliou em muito a quantidade de residências. O que desmotiva o trabalho de plantio, pois às vezes roubam das propriedades o que elas plantam.”

A confusão em torno de se são lotes urbanos ou rurais serve de agravante. Os moradores dizem que o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano – tributo arrecadado pelo poder municipal) e o ITR (Imposto Territorial Rural – tributo arrecadado pelo poder federal) são “gerados” e eles se sentem sempre “no fio da navalha”.

#### 4.2. RURAL E URBANO, SUAS RELAÇÕES

Com a busca de um melhor entendimento sobre o debate as definição e delimitação do que seja rural e urbano, nos deparamos com muitos olhares diferenciados. Na esfera do município, são muitos os que estão envolvidos neste processo. Cada setor tem sua forma de analisar o contexto e de avaliar os resultados das definições e delimitações feitas pela Câmara de Vereadores e pelo Executivo municipal. O que fica evidenciado é que a população deveria participar de todo esse processo. Quase sempre, escutamos de agricultores que “tocam” suas Unidades Familiares de Produção que não sabiam o que estavam discutindo os vereadores e que as mudanças na delimitação do perímetro urbano teriam tantas consequências sobre suas vidas e trabalho.

Na busca do desenvolvimento melhor para cada um dos sujeitos envolvidos, é preciso superar a velha ideia de que o rural é o atrasado da história e que o urbano significa a tecnologia e desenvolvimento econômico do município. Com as exigências da sustentabilidade e do equilíbrio ambiental e social, constatamos que a “pequena” agricultura familiar pode fazer uma produção local e “limpa” (livre de insumos químicos de síntese na sua maioria) de alimentos de alta qualidade. Além disso, mais que uma atividade econômica é um modo de vida, que mantém, atualiza e valoriza o “saber fazer” de seus antepassados, que sempre souberam cultivar seus solos com cuidados aprimorados. Relembro que das cinco famílias pesquisada, duas estão pensando em parar a atividade agrícola, principalmente porque os pais são idosos e os filhos não querem continuar. Outra, tem arrendado a maior parte da área para plantio, e cultiva apenas pequena parcela visando o autoconsumo. Uma quarta, está em *stand by*. Não quer vender as terras, mas também já desistiu de plantar ou criar animais. Assim, somente uma família quer

firmemente persistir na agricultura e, frente às dificuldades, comprou uma nova propriedade e busca fechar o processo de conversão à agroecologia.

Outro ponto importante é superar uma visão dicotômica (e de oposição) de rural e urbano. Como propõe Veiga (2002), “o desenvolvimento de qualquer comunidade rural, depende do relacionamento que mantém com os centros urbanos”.

Neste quadro, apresento alguns fatores levantados durante as pesquisas, em relação às UFP situadas dentro do Perímetro Urbano:

- As áreas das propriedades eram maiores (entre 20 e 40 hectares), nos anos de 1960 a 1980. Depois, passaram por forte fragmentação;
- No caso de todas as famílias entrevistadas, as terras em que vivem são originárias de herança;
- Boa parte dos homens exerceu emprego em empresas, principalmente moveleiras, e nos contra turnos, trabalhava nas terras com sua família. Hoje, já aposentados, continuam na atividade agrícola;
- Hoje, essas áreas variam de 1 a 5 hectares de terra;
- As famílias são descendentes de imigrantes europeus e com uma ligação histórica direta com a agricultura;
- Produziam, e produzem, Milho, feijão, verduras, frutos, raízes, conservas;
- Criam gado leiteiro para produção de leite para autoconsumo e venda e para sua transformação artesanal em queijos, nata, manteiga, também para o autoconsumo e a comercialização;
- Criam, ainda, aves poedeiras ou para corte, suínos, ovinos, equinos, peixes.

A produção é destinada, em primeiro lugar, ao consumo familiar. Em sequência, à venda, geralmente para uma clientela específica e do(s) bairro(s) próximo(s) e, às vezes, abertamente em feiras da agricultura familiar ou para mini ou supermercados que os têm como fornecedores. Assim, de um ponto de vista, a aproximação das pessoas e suas residências, assim como da infraestrutura é positiva para a realização da renda e para a melhoria da qualidade de vida (saúde, educação, “internet para as crianças” etc.) nas UFP. Outros problemas, no entanto, vão surgir. Reclamações por “cheiro” ou “sujeira”, insegurança e roubos foram mencionados pelos entrevistados. Ou seja, trata-se de uma relação complexa, aquela das UFP com o seu entorno classificado de urbano.

Destaco que ao discutir com autoridades municipais aspectos da inadequação da delimitação como urbanas de áreas com a presença de propriedades que são ou foram até há

pouco agrícolas, fui surpreendido com um tipo de “preocupação”. A possibilidade dessas propriedades de vocação agrícola servirem para, nos termos ditos, “loteamentos clandestinos”. Ou seja, a venda de lotes de dimensão urbana dentro dessas propriedades de dimensão “agrícola”, sem que o desmembramento seja formalizado e sem que a infraestrutura exigida por lei para a instalação de novos lotes seja providenciada. O resultado seria que, segundo essas mesmas autoridades, quando elas se dão conta, já estão com várias casas construídas, sem esgoto, sem água encanada e com o acesso à luz elétrica feitos com os chamados “gatos” (gambiarras clandestinas). O resultado possível seriam acidentes, contaminação do solo, perturbação de animais, roubos em propriedades vizinhas e atritos entre vizinhos. O componente fiscal não poderia faltar: os impostos seriam pagos apenas pelo proprietário, considerando o espaço territorial que tinha.

Considero importante colocar diante do leitor essa abordagem – simplificadora e de curto prazo – para indicar como é importante um debate mais territorial e complexo sobre pequenos municípios rurais como considero ser Rio Negrinho e sua suposta urbanização. Como foi visto, esse aprofundamento sobre o significado de rural, de ruralidade e de campo contribuirá para os debates sobre a educação de forma geral no município e sobre a possibilidade de adotar a modalidade Educação do Campo em suas escolas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, destaco que a aplicação dos questionários e as conversas com proprietários e famílias entrevistados foram muito importantes para minha formação. Por ter nascido e sempre morado em Rio Negrinho, eu achava que conhecia “meu” município. O curso me permitiu., a cada dia, conhecê-lo, analisá-lo e compreender de forma aprofundada. Há, é claro, muito caminho, mas como dizem os agricultores, a “cada enxadada, meia dúzia de minhocas”.

A tentativa de entender a complexidade que resulta da muitas vezes simplória delimitação dos perímetros urbanos, resulta em perceber que todos os atores ou sujeitos envolvidos, cada um com seu papel na sociedade, discordam de medidas e atitudes praticadas no passado e que resultaram em um superdimensionamento do perímetro urbano. A questão central é como agir agora, para que essa tendência não continue e para que um olhar amplo sobre o município e suas potencialidades seja menos visado pela visão de que urbano e industriais significam “progresso” e rural e agrícola significam “atraso”.

Como já procurei indicar, o fato de considerar “precocemente” áreas rurais como urbanas – basta conferir as alterações na delimitação do perímetro urbano de Rio Negrinho e as datas de suas leis – não evitou problemas fiscais ou de controle sobre a ocupação do solo e a infraestrutura mínima para a instalação de lotes. Muitas propriedades acabaram vendendo suas terras em pequenos terrenos sem escritura. As autoridades dizem que o desafio atual é legalizar e escriturar esses terrenos, assim como “colocar em ordem” as mais diferentes situações. Segundo servidores da administração municipal ouvidos, assim como um vereador entrevistado, “se legalizar tudo, minimiza os equívocos”. E as correções precisariam ser feitas de forma rápida. Para novas delimitações do perímetro urbano, seria fundamental “um estudo técnico e aprofundado”. Ainda seguindo essas fontes, previstas no plano diretor de Rio Negrinho, as AEUE- Áreas Especiais de Urbanização Específica servem para considerar as contradições relacionadas à definição do perímetro urbano.

A propósito, questionamos as referidas autoridades sobre o caso encontrado e relatado em que, no interior de uma propriedade, uma margem de uma estrada interna está dentro do perímetro urbano e a outra margem está fora e por isso é considerada zona rural. Ele preferiu minimizar essa distorção – apontando para uma possível exceção, e deixar a entender que o município de Rio Negrinho está para terminar o plano de macrodrenagem dos rios que cortam

o município, o que permitirá usar os rios como limites para a delimitação das áreas. Trata-se de “uma divisa física e não imaginária como está hoje”, fez questão de enfatizar.

Como apontou a pesquisa, mesmo que não plantando ou criando mais, os proprietários ligados às UFP dentro do perímetro urbano não renunciam a seu espaço territorial e de sua paisagem e perfil de ruralidade e, mesmo, de agricultura. Uns apelam para as “parcerias” para que a área continue a ser plantada, outros criam um tipo de estância ou cabanhas para cavalos, insisto, dentro do perímetro urbano. Neste caso, eles cobram pela hospedagem (inclusive alimentação extra) e pelo cuidado (mão de obra, medicamentos e sua aplicação) dos animais.

Creio que essa pesquisa reforça a perspectiva que um educador/professor precisa conhecer profunda e criticamente a realidade de seus alunos. No caso de Rio Negrinho, ficou ainda mais claro que temos, sim, alunos “do campo”. E que este campo está mais próximo do muitos imaginam. Voltando à frase do professor que desencadeou minha reflexão (“Em nossa escola, não temos alunos do campo. No máximo, temos alguns que moram em chácaras ou sítios de pequeno espaço territorial. Mas alunos do campo, não!”), aluno do campo não precisa ser originário de uma grande propriedade monocultora e que usa máquinas e insumos de origem industrial. Também não necessita passar longo tempo “na estrada”, dentro do transporte escolar fornecido pela prefeitura. Ao trabalhar Unidades Familiares de Produção agrícola – algumas deixando de ser agrícolas – e a complexidade de sua existência dentro de um perímetro urbano superdimensionado, reforço o questionamento se os educadores de Rio Negrinho não deveriam considerar todo o território desse município “essencialmente rural” (segundo critérios propostos pelo Professor José Eli da Veiga, há quase vinte anos) como campo. Assim todos – educadores e educandos de Rio Negrinho – estamos “no” campo e todas nossas escolas devem ser vistas como escolas “no” – e “do” – campo.

Diante destas situações levantadas, percebe que são criadas formas de pressionar os donos dessas terras, a abandonar sua agricultura gradativamente e arrumando aos poucos vários argumentos para que comecem a fazer a venda da área num todo, ou, começar a fazer loteamentos, a qual algumas propriedades já aderiram com os anos. Acredito, que em Santa Catarina, podemos observar muitos municípios do interior, que encaixa dentro deste processo, qual julga o espaço rural como atrasado, mesmo estando no perímetro urbano.



## REFERÊNCIAS

FICKER, Carlos. **São Bento do Sul**: Subsídios para a sua História. CIDADE, EDITORA, 1973.

Prefeitura de Rio Negrinho. **Conheça a História da nossa cidade**. Disponível em: <<https://www.rionegrinho.sc.gov.br/historia>>. Acesso em 23 de outubro de 2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados** – Rio Negrinho Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/rio-negrinho.html> >. Acesso em 04 de novembro de 2019

KORMANN, José. **História de Rio Negrinho**. CIDADE, EDITORA, 2012.

Leis Municipais. Leis Municipais de Rio Negrinho. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 25 de outubro de 2019

MUNARIM, A. e SCHMIDT, W. O campo e a escola do campo, usar boas medidas para tomar medidas justas: escolas, infraestrutura e relação com territórios educacionais rurais de entorno no Estado de Santa Catarina. In MUNARIM, A., SCHMIDT, W. e PEIXER, Z.I. **Educação do campo**: Políticas e Práticas em Santa Catarina. São Paulo, Outras Expressões, 2016.

Leis Municipais. Plano diretor de desenvolvimento ambiental e rural de Rio Negrinho-SC. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 28 de outubro de 2019

SEBRAE/SC **Santa Catarina em Números**: Rio Negrinho. \_Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133p.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, 2004, p. 71-94.